

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL
2017/2018**



TII

DEFESA E SEGURANÇA NO CONTEXTO CÍVICO-ESCOLAR

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS.**

**MAURÍCIO POZZOBON MARTINS
Coronel Aviador (BRASIL)**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
DEFESA E SEGURANÇA NO CONTEXTO CÍVICO-
ESCOLAR

COR PILAV (BRA) Maurício Pozzobon Martins

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2017/2018

Pedrouços 2018



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**DEFESA E SEGURANÇA NO CONTEXTO CÍVICO-
ESCOLAR**

COR PILAV (BRA) Maurício Pozzobon Martins

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2017/2018

Orientador: CMG M Paulo Jorge Narciso Ramalho da Silva

Pedrouços 2018



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, Coronel Aviador (Brasil) Maurício Pozzobon Martins, declaro por minha honra que o documento intitulado Defesa e Segurança no Contexto Cívico-Escolar corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do CPOG 2017/2018 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 01 de maio de 2018.

Maurício Pozzobon Martins
Coronel Aviador (Brasil)



Agradecimentos

Agradeço ao Governo Português pelo contínuo interesse em manter intercâmbios técnicos com o Brasil, neste caso, por intermédio do Ministério da Defesa Nacional, propiciando aos oficiais brasileiros esta formidável oportunidade de estudo e de convívio.

Este trabalho não seria possível sem o suporte do Instituto Universitário Militar, especialmente da Biblioteca, onde sempre contei com respostas eficientes e imediatas de suas simpáticas funcionárias. Naturalmente, as atuações precisas e sempre cordiais de meu orientador, CMG M Paulo Jorge Narciso Ramalho da Silva, nesses meses de preparação, também foram imprescindíveis.

Não poderia deixar de agradecer aos especialistas que disponibilizaram espaço em suas concorridas agendas para fornecer informações preciosas, assim como às suas respectivas organizações: CMG Daniel Felipe Silva Duarte (IDN), COR Vítor Borlinhas e Sr. Vítor Manuel Esteves de Ascensão (DGRDN), Ten Cel Marcos André Carvalho Silva (10ª RM, Brasil), e Ten Cel Anderson dos Santos Bartz (DGP, Brasil).

Agradeço aos camaradas do CPOG pelo profissionalismo e demonstrações de simpatia para com o Brasil e seu povo. Espero ter representado bem meu país e correspondido às suas expectativas.

Por fim, e de modo muito especial, agradeço à minha querida esposa Fernanda e aos meus filhos Daniel e João Vítor, pelo apoio e compreensão diante da intensa dedicação que me foi exigida nesses últimos meses. Amo vocês.

A todos o meu muito obrigado. Bem hajam!



Índice

Introdução	1
1. Revisão da literatura e modelo de análise	8
1.1. A identidade nacional	8
1.2. Efeitos da globalização sobre a identidade	11
1.3. Identidade nacional e coesão	14
1.4. Segurança e Defesa	16
1.5. A cidadania e a educação em Segurança e Defesa	17
1.6. Modelo de análise	19
1.7. Síntese conclusiva	20
2. Ações Cívico-Escolares em Segurança e Defesa	21
2.1. Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz	21
2.1.1. Operacionalização do Referencial	24
2.2. Dia da Defesa Nacional	26
2.2.1. Operacionalização do Dia da Defesa Nacional	28
2.3. Tiro de Guerra	29
2.3.1. Operacionalização dos Tiros de Guerra	30
2.4. Escolas de Instrução Militar	31
2.4.1. Operacionalização das Escolas de Instrução Militar	32
2.5. Síntese conclusiva	33
3. Análise e Contributos	34
3.1. A análise	34
3.2. Resultados alcançados	35
3.3. Contributos e recomendações	37
3.4. Síntese conclusiva	38
Conclusões	39
Bibliografia	45



Índice de Anexos

Anexo A —	Temas e indicadores de desempenho do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz.....	Anx A-1
-----------	--	---------

Índice de Apêndices

Apêndice A —	Estrutura-guia da investigação	Apd A-1
Apêndice B —	Resumo do Relatório do Dia da Defesa Nacional - 2017	Apd B-1
Apêndice C —	Guião de entrevista e lista de entrevistados	Apd C-1
Apêndice D —	Organização dos resultados das entrevistas	Apd D-1

Índice de Figuras

Figura 1 – Documento de Apoio à operacionalização do Referencial.	25
Figura 2 - Localização dos Centros de Divulgação em Portugal.	28
Figura 3 – Estrutura-guia da investigação.	Apd A-1
Figura 4 - Participantes do Dia da Defesa Nacional, por género.	Apd B-2
Figura 5 - Apreciação dos elementos do programa (média).....	Apd B-2
Figura 6 – Grau de esclarecimento das diversas temáticas abordadas (média).....	Apd B-3
Figura 7 – Apreciação dos elementos do programa do Dia da Defesa Nacional - entidades parceiras (média).....	Apd B-3
Figura 8 – Perceção sobre o principal objetivo do Dia da Defesa Nacional (%).	Apd B-4
Figura 9 - Percentual de atendimento às variáveis por parte do Referencial e do Dia da Defesa Nacional.	Apd D-3
Figura 10 - Percentual de atendimento às variáveis por parte do Tiro de Guerra e da Escola de Instrução Militar.	Apd D-4

Índice de Quadros

Quadro 1 – Resumo dos resultados referentes a identidade nacional.....	35
Quadro 2 – Resumo dos resultados referentes a educação em Segurança e Defesa.	36
Quadro 3 - Síntese dos resultados de aprendizagem por tema.	Anx A-1
Quadro 4 - Temas, subtemas e objetivos nos diferentes níveis de educação e ensino.	Anx A-2
Quadro 5 - Lista de entrevistados.	Apd C-3



Índice de Tabelas

Tabela 1 - Distritos e total de municípios que assinaram protocolo.....	26
Tabela 2 - Localização dos Centros de Divulgação.	28
Tabela 3 – Escolas de Instrução Militar em atividade.....	32
Tabela 4 - Pontuação para a questão 1, relacionada com Identidade Nacional.....	Apd D-1
Tabela 5 - Questões 2 e 3, sobre valorizar diferenças entra as nações.	Apd D-2
Tabela 6 - Questões 4 a 6, sobre Segurança e Defesa.	Apd D-2
Tabela 7 - Questão 7, temas essenciais em Segurança e Defesa.	Apd D-3
Tabela 8 - Questões abertas, 8 a 10, sobre as respectivas ações.	Apd D-4



Resumo

A identidade nacional, como parte integrante da existência individual e coletiva, manifesta-se por meio de símbolos, heróis, rituais e valores, influenciando a forma com que as pessoas pensam e agem, sendo também essencial para a coesão nacional.

A educação para a cidadania está relacionada com o processo de conscientização dos cidadãos de seus direitos e deveres, com sua língua, sua cultura, sua história, forjando também o sentimento de identificação nacional e de amor à pátria.

Este trabalho teve por objetivo geral contribuir para o aperfeiçoamento das ações de caráter cívico-escolar, no contexto da educação para a cidadania na questão de Segurança e Defesa, em desenvolvimento no Brasil e em Portugal. Para o efeito, o processo de raciocínio utilizado foi o indutivo, apoiado numa estratégia de investigação qualitativa e num desenho de pesquisa do tipo estudo de caso, em que a recolha de dados se baseou em entrevistas.

Como resultado da investigação apresentou-se em que medida essas ações cívico-escolares contemplam temas que fortalecem a educação para a cidadania em Segurança e Defesa e a identidade nacional, o que indica possíveis ajustes a serem implementados nessas ações.

Palavras-chave

Identidade nacional; educação para a cidadania; Segurança e Defesa; globalização; Serviço Militar.



Abstract

National identity, as part of individual and collective existence, manifests itself through symbols, heroes, rituals and values, influencing the way people think or do, and also being essential for national cohesion.

Citizenship education is related to the process of raising citizens' awareness of their rights and duties, with their language, culture and history, forging a sense of national identification and love for country.

The main objective of this work was to contribute to the improvement of civic-school actions in the context of education for citizenship in Security and Defense issue, under development in Brazil and Portugal. Thereto, the reasoning process used was inductive, supported by a qualitative research strategy and a research design of case study type, in which data collection was based on interviews.

As a result of this research, it was presented the extent to which these civic-school actions include themes that strengthen citizenship education in security and defense and national identity, which indicates possible adjustments to be implemented in these actions.

Keywords

National identity; citizenship education; Security and Defense; globalization; Military Service.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AAAS	<i>American Association for the Advancement of Science</i>
AACDN	Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional
ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AR	Assembleia da República de Portugal
CDDN	Centros de Divulgação do Dia da Defesa Nacional
CIDIUM	Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar
CM	Conselho de Ministros
CN	Congresso Nacional Brasileiro
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPOG	Curso de Promoção a Oficial General
DDN	Dia da Defesa Nacional
DGE	Direção-Geral da Educação
DGRDN	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
EB	Exército Brasileiro
EsIM	Escola de Instrução Militar
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
EUA	Estados Unidos da América
FFAA	Forças Armadas
IDN	Instituto da Defesa Nacional
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IUM	Instituto Universitário Militar
JOESP	Jornal O Estado de São Paulo
MD	Ministério da Defesa
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MEC	Ministério da Educação e Ciência
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NEP	Norma de Execução Permanente
OE	Objetivo Específico
OFR	Órgão de Formação de Reserva
OG	Objetivo Geral



OM	Organização Militar
PMI	Prefeitura Municipal de Iúna
PR	Presidência da República do Brasil
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RESDP	Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz
SMO	Serviço Militar Obrigatório
TG	Tiro de Guerra
UE	União Europeia



Introdução

"Se todos os cidadãos usufruem das benesses da Pátria, nada mais justo que todos participem da sua defesa."

Olavo Bilac¹.

Enquadramento e contexto de investigação

O enunciado do trabalho de investigação é: "Defesa e Segurança no Contexto Cívico-Escolar". Trata-se da educação para a cidadania em valores e atitudes muito importantes para as nações.

A importância do conhecimento e da aprendizagem foi reconhecida desde o início dos tempos. Conforme Platão, "se um homem negligencia a educação, ele caminha aleijado até o fim de sua vida". Nesse sentido, economistas vencedores do Nobel, como T.W. Schultz, identificaram a educação como um investimento (Patrinos, 2016).

A escola é um espaço ao serviço da sociedade para favorecer a transmissão de conhecimentos e também para a formação de cidadãos. A escola é local de educação, onde é permitida a comunhão de ideias, o fortalecimento do espírito coletivo e comunitário e também onde são repassados valores aos alunos para que possam construir seu caráter e exercer a cidadania (Setton, 1999).

Portugal e Brasil, como nações democráticas que influenciam e são influenciadas económica e culturalmente num mundo altamente conectado e complexo, procuram adaptar regularmente os seus planos e programas de ensino para influenciar e potencializar o desenvolvimento social e económico, a convivência pacífica, o respeito pelo meio-ambiente, a promoção da saúde, a diminuição da desigualdade social, a justiça, o amor à pátria, a cidadania, o respeito à democracia, entre outros temas (AR, 2012; PR, 1996).

Neste contexto, importa identificar e investigar ações de caráter cívico-escolar, em Portugal e no Brasil, voltadas para a valorização junto à sociedade de conceitos e atitudes relacionados com a Segurança e Defesa, a fim de pautar semelhanças e diferenças que possam enriquecer o conhecimento mútuo sobre essa questão e, assim, contribuir para a valorização desse tipo de iniciativa e a identificação de novas oportunidades.

¹ Olavo Bilac (Rio de Janeiro, 1865 - 1918) foi um jornalista, cronista e poeta brasileiro, ativo republicano e nacionalista, defensor do Serviço Militar Obrigatório (EB, 2017).



Justificação do estudo

Nos idos anos 90 houve debates e estudos em Portugal acerca do Serviço Militar, o qual deixaria de ser obrigatório e passaria a ser voluntário em tempo de paz, a partir da Lei do Serviço Militar² (Santos, et al., 2016). Percebia-se que mudanças sociais, culturais e políticas que vinham ocorrendo, inevitavelmente alcançariam as Forças Armadas (FFAA), que precisavam de adaptar-se aos novos tempos.

Dentre as diferentes ideias e princípios debatidos, havia a possibilidade de que o fim do Serviço Militar Obrigatório (SMO) poderia diminuir as “energias morais e espirituais do país”, o que deveria ser compensado por intermédio de ações voltadas para a formação dos cidadãos, inculcando nos jovens um “sentimento constitucional” em matérias de cidadania, contribuindo, assim, para a coesão e a unidade nacional (AACDN, 1997, p. 13).

Mudanças nas relações sociais e culturais decorrentes da globalização também são apontadas como fatores que afetam a coesão nacional, pelo impacto no sentido de identidade nacional. Alguns teóricos das ciências sociais são favoráveis à ideia de que elementos que contribuíram para a consolidação da identidade nacional por dezenas de anos encontram-se, nos dias de hoje, incertos, causando transformações nas sociedades modernas, como por exemplo a exacerbação do individualismo em detrimento de valores coletivos (Hall, 2003).

A rápida evolução da tecnologia de informação cria condições para a construção de novos padrões de referência social (arquétipos), de acordo com a capacidade de adaptação dos cidadãos às alterações culturais, o que também influencia a opinião pública e a cultura de defesa e segurança da nação. Situações de paz e prosperidade material fazem com a sociedade tenda a uma percepção hedonista e à separação entre tarefas cometidas à sociedade civil e tarefas de interesse público (AACDN, 1997).

A aspiração de defesa, nos dias de hoje, não se detém somente nos militares nem se limita às circunstâncias propriamente militares, como a proteção das fronteiras. Deve ser percebida como dever de todo cidadão defender a nação de ameaças militares, económicas, políticas ou culturais, que eventualmente tenham por objetivo atingir interesses e valores comuns (Vaz, 2002, p. 309).

Para garantir a coesão, deveria haver um equilíbrio na sociedade entre “direitos, liberdades e garantias de bem-estar” e “deveres fiscais, de defesa e de participação cívica”. Valores como pátria, cidadania, solidariedade e cooperação deveriam, portanto, fazer parte da formação cívica dos jovens para reforçar a consciência do dever para com a nação. No

² Lei 174/99, de 21 de setembro de 1999.



caso de Portugal, parte dessa tarefa coubera ao SMO durante muitos anos, porém, com a adoção do serviço militar voluntário, o alcance e a influência social das FFAA já não seriam os mesmos (AACDN, 1997, p. 14).

Diante do exposto, esta investigação tem a sua justificativa pautada na importância de se conhecer as ações de caráter cívico-escolar atualmente em desenvolvimento em Portugal e no Brasil, voltadas para o tema Segurança e Defesa, no contexto da formação cívica dos cidadãos.

Objeto do estudo e sua delimitação

No quadro do anteriormente descrito, o objeto desta investigação são as ações de caráter cívico-escolar, no contexto da educação para a cidadania, no tema Segurança e Defesa, em desenvolvimento no Brasil e em Portugal. Foram reunidas informações para compor um quadro de organização, operacionalização, abrangência e constrangimentos, de maneira a contribuir para a formação de pontos de vista acerca das políticas adotadas e para o aprimoramento desse tipo de ação junto à população de cada país.

Conforme a metodologia de investigação científica, delimitou-se o tema de investigação de acordo com os parâmetros a seguir:

(1) delimitação temporal: foram investigadas iniciativas cívico-escolares relevantes relacionadas com a educação para a cidadania em Segurança e Defesa, atualmente em vigor, sem prejuízo da análise pontual de informações anteriores para melhor contextualizar a situação atual;

(2) delimitação espacial: ações realizadas no território do Brasil e em Portugal;

(3) delimitação de conteúdo: foram colhidas informações que caracterizem as ações cívico-escolares relevantes, relacionados com o domínio da Segurança e Defesa, incluindo, pelo menos e quando disponíveis, as informações acerca do respectivo suporte legal, local de realização, abrangência, responsável, público alvo, período de realização e objetivos, resultados alcançados, constrangimentos, além de entrevistas com especialistas, para possibilitar a adição de detalhes que enriqueceram o trabalho.

A limitação temporal aos fatos recentes teve por objetivo concentrar a investigação no que ocorre na atualidade, a fim de se buscar maior efetividade ao analisar constrangimentos e vantagens com vistas à proposição de contributos para eventuais redirecionamentos dessas ações.



Não foi objeto desta investigação qualquer tipo de análise de desempenho das ações no tocante ao alcance de seus objetivos específicos. Ainda que isso seja muito relevante para a gestão e reorientação de programas, não há recursos disponíveis.

Da mesma forma, não foi o caso de comparar ações cívico-escolares em Segurança e Defesa no intuito de julgar a relevância das mesmas ou algo afim, porém, destacaram-se diferenças de políticas entre Portugal e Brasil, com o fito de contribuir para o conhecimento mútuo do assunto e para eventual aprimoramento dessas ações.

Por fim, o tema deste trabalho de investigação enquadra-se no âmbito das Ciências Militares, no Domínio “Elementos Complementares” das Ciências Militares, na sua área “Estudo das Crises e Conflitos Armados”, subárea “Outros\Estudos Estratégicos” (CIDIUM, 2017).

Objetivos da investigação

O Objetivo Geral (OG) de investigação foi o seguinte:

Contribuir para o aperfeiçoamento das ações de caráter cívico-escolar, no contexto da educação para a cidadania, no tema Segurança e Defesa, em desenvolvimento no Brasil e em Portugal.

Dessa maneira, consolidou-se informações acerca das principais iniciativas voltadas para a educação para a cidadania, com especial atenção às questões de Segurança e Defesa, com a finalidade de contribuir para o fortalecimento da identidade nacional dos países investigados, além de outros conhecimentos e valores próprios da cidadania.

A partir desse OG estipularam-se os seguintes Objetivos Específicos (OE) a serem alcançados:

- (1) OE1: identificar a relação entre ações de caráter cívico-escolar em Segurança e Defesa e o fortalecimento da identidade nacional;
- (2) OE2: caracterizar ações cívico-escolares em Segurança e Defesa no Brasil e em Portugal, resultados e constrangimentos; e
- (3) OE3: propor contributos ao aprimoramento das ações de caráter cívico-escolar, no contexto da Segurança e Defesa.

Questões da investigação

A Questão Central (QC), após uma fase de exploração inicial, enquadramento e delimitação do tema, ficou então com a seguinte redação:



De que maneira é possível aprimorar as ações de caráter cívico-escolar no contexto da educação para a cidadania, no tema Segurança e Defesa, em desenvolvimento no Brasil e em Portugal?

Pretendeu-se obter resposta à QC por intermédio das respostas dadas às diversas Questões Derivadas (QD), que representam partes não isoladas do objeto de investigação.

Desta feita, as QD foram definidas conforme se segue:

(1) QD1: De que maneira ações de caráter cívico-escolar em Segurança e Defesa podem fortalecer a identidade nacional?

(2) QD2: Como se caracterizam as ações cívico-escolares em Segurança e Defesa em Portugal e no Brasil?

(3) QD3: Como se poderia aprimorar as ações cívico-escolares em Segurança e Defesa no Brasil e em Portugal?

Metodologia da investigação

A metodologia utilizada seguiu o estabelecido nas NEP ACA 010 e 018, de setembro de 2015 (IESMa, 2015; IESMb, 2015), e nas Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação, de janeiro de 2016 (IUM, 2016).

A investigação tomou por base a filosofia ontológica, que estuda a natureza do ser, a existência e a realidade, sob um aspeto construtivista. Quanto ao aspeto da filosofia epistemológica (origem, a estrutura, os métodos e a validade do conhecimento), adotou-se a postura interpretativista (IUM, 2016). Dessa maneira, assume-se o pressuposto de que no mundo social a realidade depende da experiência do observador, possibilitando diferentes interpretações.

O raciocínio empregado foi indutivo, no sentido de que a compreensão dos processos sociais implica na perceção do universo onde eles são gerados (IUM, 2016).

A estratégia de investigação foi qualitativa, empregada sob a forma de leitura de autores credíveis, das fontes identificadas na bibliografia e por meio de entrevistas estruturadas realizadas com especialistas com ligação direta às atividades que se pretendeu analisar, de forma a destacar as ideias-força para fornecer respostas às questões derivadas e, consequentemente, responder à QC. O desenho de pesquisa foi do tipo estudo de caso (ações cívico-escolares), essencialmente de natureza empírica e descritiva. O horizonte temporal da investigação é transversal, com a recolha de dados de mais de um caso ao mesmo tempo. A recolha e a análise dos dados basearam-se em documentos e nas entrevistas realizadas (IUM, 2016).



O percurso metodológico seguiu as etapas do método científico preconizado nas orientações metodológicas para elaboração de trabalhos científicos do IUM, nomeadamente: fase exploratória, fase analítica e fase conclusiva (Santos, et al., 2016).

A fase exploratória foi iniciada com a atribuição do tema, o levantamento do estado da arte sobre o assunto, por intermédio de leituras preliminares e da identificação de fontes primárias e secundárias; identificação do problema, análise, no plano concetual e no âmbito histórico, do objeto de estudo e dos objetivos de investigação; elaboração do modelo de análise e definição do procedimento metodológico.

Na fase analítica procedeu-se à recolha de dados, através da continuação da consulta, coleta, análise e apresentação de dados colhidos em fontes primárias e secundárias, essencialmente por intermédio da condução de estratégias de investigação qualitativas, nomeadamente entrevistas estruturadas, e do seu tratamento.

Por fim, na fase conclusiva foram conduzidas as tarefas de avaliação e discussão dos dados levantados, apresentação das conclusões e implicações futuras, contributos para o conhecimento, verificação ética da investigação e finalização da redação.

Esta investigação teve como instrumento metodológico a pesquisa bibliográfica e documental, assim como entrevistas com especialistas, a fim de incluir detalhes e perceções importantes para enriquecimento do trabalho.

A estrutura-guia da investigação é apresentada no Apêndice A.

Organização do Estudo

Este trabalho está organizado da forma apresentada a seguir. Na Introdução são apresentados os elementos essenciais de organização da investigação, enunciado e justificação do tema, objetivo geral e objetivos específicos, questão central e derivadas, assim como a metodologia empregada.

No primeiro capítulo apresenta-se uma revisão da literatura e principais conceitos que nortearam a investigação, nomeadamente a identidade nacional e relação com a coesão nacional, bem como a educação para a cidadania no tema Segurança e Defesa. Em seguida, faz-se o enquadramento do modelo de análise aplicado a esta investigação.

O segundo capítulo concentra-se na descrição das ações de carácter cívico-escolar em Segurança e Defesa, de Portugal e Brasil, assim como indicadores de realização das mesmas, obtidos por meio de informações públicas oficiais divulgadas na Internet e entrevistas com especialistas.



No terceiro capítulo é apresentada a organização da análise e resultados. As ações cívico-escolares são analisadas quanto ao atendimento aos aspetos verificados na revisão da literatura e que integram o modelo de análise. Além disso, foram acrescentados contributos ao fortalecimento das ações cívico-escolares em Segurança e Defesa e recomendações para futuras investigações.

Por fim, é apresentada a conclusão do trabalho de investigação, por meio de uma revisão sucinta das principais ideias e informações tratadas.



1. Revisão da literatura e modelo de análise

Para compreender de que forma as ações de caráter cívico-escolar voltadas para o tema Segurança e Defesa, objeto desta investigação, podem contribuir para o fortalecimento da coesão nacional, é necessário visitar aspectos essenciais da literatura sobre o tema.

Neste Capítulo são abordados os temas da identidade nacional e relação com a coesão das nações, o papel da escola na formação dos cidadãos e a dimensão da Segurança e Defesa.

Acrescentam-se argumentos de trabalhos científicos acerca do impacto da vida moderna, especialmente o processo de globalização, na formação (e reconstrução) da identidade nacional. Ao final é apresentado o modelo de análise definido para esta investigação.

1.1. A identidade nacional

Há três tipos de identidade: a identidade do sujeito do Iluminismo, do sujeito sociológico e do pós-moderno. O sujeito do Iluminismo é o sujeito centrado em si mesmo, dotado de suas capacidades de razão, consciência e ação, cujo núcleo central emergia ao nascer e se desenvolvia de forma autônoma ao longo da sua existência, com pouca variação. O sujeito sociológico (concepção clássica) é aquele que surge de um mundo moderno e complexo, com a noção de que seu núcleo interior não é autônomo e autossuficiente, mas formado na relação com outras pessoas, de maneira que a sua identidade é formada pela interação social, sendo, portanto, dinâmica, conforme esse “diálogo com o mundo” se desenvolve. De qualquer modo, mesmo dinâmica, essa identidade é pautada por conceitos culturais, até então pouco mutáveis ao longo do tempo (Hall, 2003). O terceiro tipo de identidade é do sujeito pós-moderno, que será descrito mais adiante neste Capítulo.

Quando grupos de indivíduos compartilham uma mesma identidade e sentimentos de diferença em relação a outros grupos, cria-se então o ambiente para o estabelecimento de uma identidade nacional (Burke, 1995).

No processo de formação da identidade nacional, os aglomerados populacionais juntam-se e formam aquilo que chamamos nação, dando origem a um Estado, em decorrência de algo que os uniu e os levou a querer viver juntos. Apesar de haver elementos comuns na formação de diferentes nações, os momentos que concorrem para a identificação de um povo, a política, a religião, a língua, a cultura, enfim, a sua História, são exclusivas de cada nacionalidade (Mattoso, 2003).

Sob essa perspectiva, o fortalecimento da identidade nacional é fundamental para que haja a consolidação do Estado. Exemplo disso são os discursos nacionalistas do intelectual



brasileiro Olavo Bilac, que em 1915 incentivava estudantes a prestarem o SMO, a fim de inculcar na sociedade o sentimento de fazer parte da nação e, assim, contribuir para a construção de uma identidade brasileira, imprescindível para a consolidação da jovem nação (Oliveira, 2013).

Segundo (Castells, 2003, p. 2), não se conhece povo que não tenha nomes, idiomas e culturas em que não seja estabelecida uma forma de distinção entre o indivíduo, o grupo e outros povos, sendo a identidade desse povo, portanto, fonte de significado e de experiência.

Para Hofstede (1991), as diferenças culturais manifestam-se na forma de símbolos, heróis, rituais e valores, representados sob a forma de camadas de uma cebola. Na camada mais externa, estão os símbolos (palavras, gestos, figuras, objetos), que representam as manifestações mais superficiais da cultura. Os heróis (pessoas que servem de modelos) e rituais (atividades coletivas), numa situação intermediária. Os valores (preferir uma coisa a outra) estariam nas camadas mais profundas. Os valores fazem parte das primeiras coisas que as crianças aprendem de forma muitas vezes inconsciente.

Segundo esse mesmo autor, a identidade cultural constitui-se em ter os próprios valores culturais. A forma como os pais vivem a sua própria cultura fornece à criança a sua identidade cultural, e esse sentido de identidade dá um sentimento de segurança no contato com outras culturas.

A identidade nacional é parte integrante da existência individual e coletiva, está implícita no que as pessoas, de uma forma geral, pensam ou fazem. A relação que existe entre cada um e o coletivo começa logo após o nascimento. O registro de um nome próprio na linguagem nacional e um apelido herdado de pais e avós. A educação iniciada no lar e nos primeiros anos da vida escolar é realizada essencialmente na língua pátria, assim como os primeiros contatos e relacionamentos. O espaço onde se adquire as primeiras experiências emotivas e estéticas é, para a grande maioria, o seu país (Sobral, 2012).

Do ponto de vista sociológico, Castells (2003, p. 4) afirma que toda e qualquer identidade é resultado de um processo de construção a partir da “matéria-prima” fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e pelas impressões pessoais, pelos aparelhos de poder e cultura religiosa. Esse material é processado por indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam o seu significado de acordo com perspectivas diversas. Quem constrói e para quem se constrói essa identidade são fatores determinantes do seu conteúdo simbólico e do seu significado para aqueles que com ela se identificam. O contexto social de criação de identidades é



determinado por relações de poder, sendo propostas três formas e origens de construção de identidades:

- identidade legitimadora: é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar a sua dominação sobre os atores sociais;
- identidade de resistência: criada por atores sociais que se encontram em posições desvalorizadas pela lógica da dominação;
- identidade de projeto: quando os atores sociais constroem uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade.

Como exemplo de construção de identidade legitimadora pode-se citar o incentivo ao patriotismo; quanto à identidade de resistência, as ideias de separação do povo basco, na Espanha (sob a visão deles); e o feminismo pode ser visto como uma identidade de projeto, enfrentando a estrutura social patriarcal.

Desde a Grécia antiga, a terra tornou-se um significativo mosaico de povos, cada um reclamando uma diferente identidade, sem, contudo, haver necessidade de estabelecer fronteiras, visto que cada unidade ocupava uma região natural, possuindo um núcleo central que era separado do outro núcleo por uma zona de transição. Somente no século XIX, com a valorização da “nação-Estado” proclamando a sua identidade, se sentiu a necessidade de separação dos vizinhos, estabelecendo fronteiras políticas formais e fortificadas, com toda a panóplia de passaportes, vistos e alfândegas (Hooson, 1994).

Algumas identidades nacionais coincidem com o Estado, como no caso de Portugal, porém outras convivem conflituosamente com esse Estado, como no caso da Espanha, especificamente no País Basco e na Catalunha, onde a existência de outras identidades nacionais além da espanhola é motivo de disputa. Assim, o que alguns defendem como nação não passa de uma região para outros (Sobral, 2012).

A história da Europa foi marcada por conflitos entre Estados – Estados multinacionais, Estados-nação ou Estados que reivindicavam sê-lo, como ocorreu na Primeira e Segunda Guerra Mundial, com disputas em termos nacionais. O nacional-socialismo alemão promoveu a ideia de superioridade racial e provocou o Holocausto. Cidadãos alemães e de outros países foram privados de sua nacionalidade e exterminados sistematicamente. A paixão nacionalista, capaz de atos negativos extremos como esse, também existe como amor à pátria, como terra própria e dos antepassados, lugar da liberdade e da democracia, e contribuiu para sustentar a resistência que venceu o nazismo e o fascismo (Sobral, 2012).



Caracterizações genéricas dos integrantes dos países também contribuem para a formação das identidades nacionais, ainda que tais caracterizações sejam abusivas e sem fundamento. Afirmações do tipo “portugueses são de brandos costumes” ou “franceses são arrogantes”, por exemplo, assinalam diferenças que se julga existir entre nações. Segundo Sobral (2012, p. 17), “todos os grupos nacionais possuem estereótipos sobre si próprios e sobre os outros, que são inerentes à própria construção de uma identidade”.

As sociedades também se estruturam e se dividem em diferentes linhas de classe e género, relacionadas com o exercício do poder, crença religiosa, identificações regionais, entre outros, sendo que o reconhecimento como parte de um coletivo (identidade nacional) um aspeto que não se sobrepõe, mas que coexiste com todas essas diferenças e os conflitos que lhe são inerentes (Sobral, 2012). Nessa linha, Anico e Peralta (2009) observam que o conceito de identidade é esquivo, uma vez que compreende a identificação com alguma coisa que agrega as pessoas, não interessando quão diferentes são individualmente.

Existe uma “dimensão multi-identitária” no grupo e no indivíduo, segundo Font e Ruffi (2006, p. 39), uma vez que cada indivíduo valoriza o “lugar” fruto de suas vivências, conferindo identidade ao indivíduo e ao grupo, sendo a identidade, portanto, um “fenómeno múltiplo, heterogéneo, multifacetado – e até certo ponto imprevisível – que problematiza e que recompõe tradições”.

Os processos de formação da identidade nacional podem se dar de forma pacífica, como em decorrência das relações humanas do cotidiano, mas também por meio de violência, por vezes extrema. Processos políticos, culturais e económicos, que também são sociais, são parte dessa estruturação da identidade (Sobral, 2012).

Os aspetos fundamentais na identidade nacional são: um território histórico ou terra de origem; mitos e memórias históricas comuns; uma cultura de massas pública comum; direitos e deveres legais comuns a todos os membros; uma economia comum, com mobilidade territorial para os membros (Smith, 1997).

1.2. Efeitos da globalização sobre a identidade

A globalização é um processo internacional de incremento da integração económica, social, cultural e política (Al-Rodhan e Stoudmann, 2006). A globalização é inevitável, conforme comenta Fullmann (1994), e ninguém mais consegue ser uma ilha, ou um ermitão alheio ao que se passa ao seu redor.



Um fato positivo da globalização é a diminuição das distâncias entre os povos. Porém, ao mesmo tempo, há o perigo da perda da identidade cultural dos povos e a massificação dos hábitos e costumes (Carvalho, 2005).

A questão do impacto das mudanças conjunturais na identidade foi investigada no contexto das FFAA Portuguesas pela AACDN (1997, p. 24), que recomendou, entre outras ações, mudanças no sistema educacional para favorecer o sentimento de cidadania, em particular o espírito de defesa. Mateus (2014) investigou possíveis impactos na identidade das FFAA decorrentes da crise financeira, da adoção de políticas de *Smart Defence* e de *Pooling & Sharing*, assim como devido à tendência de federalização da União Europeia.

De acordo com Hall (2003), a intensa modificação do panorama cultural da atualidade, favorecida pela globalização, resulta na fragmentação dos conceitos culturais que estabilizavam a identidade, causando uma crise e promovendo o surgimento do sujeito pós-moderno. O sujeito pós-moderno não tem uma identidade fixa, pois os elementos culturais de referência mudam continuamente, eventualmente até mesmo para novos estados contraditórios aos anteriores. Nesse sentido, as noções culturais de classe, género, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que no passado conferiram sólidas referências para a formação das identidades nacionais, encontram-se fragmentadas, ou fora de seus centros habituais, abalando a ideia que os indivíduos fazem de si mesmos.

Essa onda globalizante provoca transformações com suas implicações económicas, políticas e sociais, transpondo territórios e ignorando fronteiras. Gera, com isso, o enfraquecimento do Estado-nação, que não mais monopoliza essas forças, representadas por corporações empresariais, conglomerados, organizações e agências transnacionais. São os fluxos de capitais, pessoas, dinheiro e outros que passam a definir o lugar de importância no momento, pelos seus mais variados aspetos e que foi denominado por Castells (2003) como “espaços fluxos”.

A essência da cultura, segundo Trompenaars (1994), não é o que se apresenta aparentemente visível, mas como as pessoas entendem e interpretam o mundo. A globalização causaria, sob esse prisma, impacto na cultura e na identidade nacionais.

Segundo Castells (2003, p. XXI), a revolução das tecnologias de informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade: a sociedade em rede, caracterizada pela globalização das atividades económicas, instabilidade do emprego, individualização da mão-se-obra e onipresença cultural. Essa forma de organização global acaba por competir com a identidade nacional.



Segundo Hall (2003), à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam em decorrência do grande fluxo de informações decorrentes da globalização, as pessoas são confrontadas por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderiam identificar-se, ainda que temporariamente.

Sob esse ponto de vista, não se trata de acusar a globalização de homogeneizar as identidades, mas, ao contrário, evidenciar que as identidades se encontram inseridas num processo contínuo de reformulação, acentuado pela globalização (Font e Rufí, 2006).

Assim, explica Castells (2003, p. 434), como resultado desse processo convergente, as fontes das chamadas identidades legitimadoras, “as instituições e organizações da sociedade civil construídas em torno do Estado democrático e do contrato social entre capital e trabalho transformaram-se, de modo geral, em estruturas vazias, cada vez menos aptas a manter um vínculo com as vidas e valores das pessoas na maior parte das sociedades.”

Kusiak (2012) procurou traçar tendências globais no uso da linguagem, dos media e das tecnologias de informação e comunicação, a fim de identificar possíveis impactos na segurança nacional dos Estados Unidos em decorrência nas mudanças culturais advindas da globalização e na formação da identidade na sociedade em rede³. Projeções indicam que em 2050 o inglês, como língua nativa, passará de segunda para a quarta língua mais falada no mundo, atrás do chinês, hindí (e o urdu, que é muito próxima) e o árabe (AAAS, 2004).

Por volta de 2050 um em cada cinco americanos será imigrante, contra um em cada oito atualmente. A população passará dos 296 milhões em 2005 para 438 milhões em 2050, sendo 82% desse incremento decorrente de imigrantes vindos a partir de 2005 e seus descendentes (Passel e Cohn, 2008).

A intensificação da imigração dos países em desenvolvimento para países ocidentais desenvolvidos provavelmente afetará a estabilidade das identidades regionais e nacionais destes, segundo Kusiak (2012). Nos EUA, a conexão das comunidades de imigrantes facilitada pelas novas tecnologias, a redução da proeminência do idioma inglês, e o incremento da visibilidade de imagens e ideias de lugares distantes em decorrência da influência dessa nova população podem afetar todo o conjunto de ideias e imagens nacionalistas incorporadas ao longo do século passado, aumentar debates sobre o idioma nacional e provocar uma crise de identidade. Esse novo cenário exigirá dos formuladores de

³ Ou sociedade da informação, como alguns autores preferem.



políticas grande capacidade de entender crenças, valores e culturas das sociedades estrangeiras.

1.3. **Identidade nacional e coesão**

Segundo Jorge e Nascimento (2017, p. 576), o caráter afetivo da ligação com a pátria, conjugado com um passado histórico e com a percepção de um destino comum, são fatores agregadores e caracterizadores de um povo, que pode ser resumido como patriotismo. Este sentimento resulta da identificação dos indivíduos com os símbolos nacionais (e.g., bandeira, hino nacional, arte, monumentos, personalidades), valores morais e éticos (e.g., virtude, honra, lealdade, integridade, respeito e disciplina) e herança cultural (e.g., história, língua, cultura, tradições e costumes, religião, características sociodemográficas, características demográficas e ambientais). Segundo os autores, esses atributos fazem parte da identidade nacional, são transmitidos pelo processo de socialização e influenciam o modo de agir e pensar de cada indivíduo.

Sequeira (2017, p. 945) apresenta contribuições não apenas sobre a formação da identidade nacional de Portugal, mas também iniciativas que contribuem para o seu fortalecimento junto à sociedade. Segundo essa investigação, Mattoso (2003), ao descrever o processo de formação da identidade nacional como um objeto dentro da área de conhecimento da psicologia social, afirmou que é preciso “distingui-lo de qualquer outro objeto; atribuir-lhe um significado e conferir-lhe um valor”. Assim, é preciso destacar os elementos que contribuem para a “distinção” da identidade nacional em relação às demais identidades (de outras nações) e atribuir-lhes significado e valor. No caso de Portugal, os fatos que mais contribuíram para a formação da identidade nacional são: a reconquista, as lutas fronteiriças medievais; as guerras contra Castela; a expansão portuguesa; a dominação filipina; a restauração; as invasões francesas; as guerras liberais: o fim do século XIX⁴. Os conceitos que complementam o sentido de identidade nacional, podendo haver outros, são: reino, naturalidade, sucessão régia e pátria.

Dando continuidade aos estudos, Sequeira (2017, p. 946) acrescenta que ao se considerar que a formação da identidade nacional é um processo contínuo, é importante preservar a história, seja pela preservação dos monumentos, pela abertura dos antigos palácios e prédios institucionais históricos ao público em geral, assim como a celebração de

⁴ Segundo Mattoso (2003), trata-se do período da difusão da escrita, da imprensa, a implantação de um sistema eleitoral, a generalização de práticas administrativas uniformes, a participação ativa da população na vida pública e, ainda, a implementação do ensino público (História e Geografia).



feriados relacionados e datas históricas. Isso tudo contribui “para o fortalecimento da coesão nacional e, desta forma, identificar as sucessivas gerações com o patrimônio cultural”.

Quanto à “atribuição de valor”, esse mesmo autor atesta a relevância de que o valor atribuído pressuponha que os interesses da coletividade se sobrepõem aos individuais, podendo até tornar-se num valor supremo, que pode exigir o sacrifício da própria vida, como ocorre com os militares das FFAA. O ato solene de juramento à Bandeira Nacional é exemplo de atribuição de valor à identidade nacional (p. 947).

Segundo Mattoso (2003), a atribuição de valor à identidade nacional resulta de um processo lento. No caso da formação da identidade nacional de Portugal, em tempos passados, os cronistas transmitiam uma imagem ideal dos reais e relatavam essencialmente os feitos gloriosos da história. No século XIX, a ideia da decadência nacional tem grande influência na historiografia nacional, culminando com o *Ultimatum* de 1890, contribuindo para que os decisores políticos passassem a apelar ao espírito cívico, sobretudo junto às classes populares, através de grandes comemorações coletivas de feitos nacionais gloriosos ou na exaltação dos heróis da Pátria. A ideia de identidade nacional tornou-se profundamente arraigada na consciência de todos.

Sequeira (2017, p. 948) considera que a importância da identidade nacional para a coesão do Estado exige atenção contínua, por meio do destaque dos aspetos gloriosos do passado que “resultam ou simbolizam ação ou sentimentos coletivos”. Observa, também, a importância do papel da educação ao transmitir às novas gerações as realizações históricas, elementos culturais comuns, o território e seus lugares emblemáticos, enfim, um processo que favoreça o sentimento de orgulho pela nação.

Conclui o referido autor ser a educação essencial nesse processo de renovar e de fortalecer a identidade nacional, contribuindo para a manutenção da independência e a soberania nacional.

Castells (2003, p. 440) assegura que a lógica de poder na sociedade tem intensa relação com a dinâmica das construções das identidades. Na sociedade em rede (globalizada) o poder está na capacidade de influenciar e moldar a cultura da sociedade, ou seja, a batalha pelo poder ocorre na mente das pessoas. É por isso que as identidades são tão importantes e, em última análise, tão poderosas nessa estrutura de poder em constante mutação.

Para Carvalho (2005), é imprescindível que as nações não se esqueçam de seu passado histórico, não correndo assim o risco de negligenciar sua cultura. É necessário respeitar hábitos e costumes de cada nação e evitar a perda de seus valores.



Kusiak (2012) recomenda que uma das mais importantes tarefas para a defesa da identidade nacional dos EUA seja atuar deliberadamente e mais explicitamente sobre o tema da mudança cultural e a formação da identidade no planeamento estratégico de inteligência⁵.

Segundo Smith (1997, p. 31), ao estado compete promover a coesão territorial e social, daí a importância dos valores partilhados, das tradições e símbolos que permitem aos membros da comunidade recordar a sua herança comum e as suas características culturais, sentindo-se “fortalecidos e exaltados pela sensação de identidade e pertença comuns”.

1.4. **Segurança e Defesa**

Segundo Brandão (2011, p. 4), a construção do conceito de segurança decorre do nascimento do Estado-Nação no século XVII e o seu interesse na sobrevivência. Para acabar com a guerra e assegurar o estado de paz interna, os cidadãos abdicam a favor de um soberano poderoso, seja um monarca ou mesmo o próprio povo, em uma democracia. Esse raciocínio manteria as reflexões sobre os conceitos de segurança muito similares até o final da Guerra Fria.

A partir desse período iniciou-se uma ampliação dos estudos em segurança como conceito, como disciplina e como política. Conceções de segurança vigentes centradas no Estado e orientadas para o exterior tornaram-se inadequadas para capturar a complexidade das novas e multifacetadas relações internacionais (Brandão, 2011).

Segundo Fischer (1993, p. 167), a crescente interdependência do mundo criou novas oportunidades para a humanidade, mas também tornou o mundo “mais complexo e vulnerável”.

O conceito de segurança contemporâneo é abrangente, de carácter político e tanto coletivo quanto individual (segurança humana) (Brandão, 2011).

Para Bobbio, et al. (1998, p. 312), “o conceito de Defesa de um ordenamento político é, frequentemente, confundido com sua organização militar, estabelecendo-se uma equação entre Defesa e Forças Armadas”. Em seu sentido lato, continuam os autores, a Defesa é estritamente condicionada a uma exigência de conservação das estruturas políticas e jurídicas, idealmente identificadas com o território, com o povo e com o poder organizado e soberano.

No Estado brasileiro, os conceitos de Segurança e Defesa são definidos no item 2.4 da Política de Defesa Nacional (MD, 2005):

⁵ A atividade de inteligência é o exercício de ações especializadas para obtenção e análise de dados, produção de conhecimentos e proteção de conhecimentos para o país. É fundamental e indispensável à segurança dos Estados, da sociedade e das instituições nacionais (ABIN, 2018).



- Segurança é a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais; e
- Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

Para o Estado português, as ameaças e riscos no ambiente de segurança global são (CM, 2013):

- O terrorismo transnacional;
- A pirataria;
- A criminalidade transnacional organizada;
- A proliferação de armas de destruição massiva;
- A multiplicação de Estados frágeis e de guerras civis;
- Os conflitos regionais;
- O ciberterrorismo e a cibercriminalidade;
- A disputa por recursos naturais escassos;
- Os desastres naturais e a mudança climática.

1.5. A cidadania e a educação em Segurança e Defesa

Conforme Mendes, et al. (2015), associar o ambiente escolar à formação de cidadãos é um fator comum, sendo que Dubet (2011), enxergando a escola como instituição, afirma que a socialização atua de modo a desenvolver no aluno uma subjetividade, ou seja, um indivíduo no ambiente escolar torna-se autónomo em suas opiniões a partir da socialização. Nesse contexto, continua Mendes, et al. (2015), a escola pode ser considerada uma das instituições garantes da cidadania, pois por intermédio dela o aluno tem a oportunidade de se manifestar como indivíduo membro de uma sociedade, consciente dos seus direitos e deveres.

A cidadania é notoriamente um termo associado à vida em sociedade (Filho e Neto, 2013). Segundo Dubet (2011), a cidadania não é una, porém muda segundo as épocas, os países e as tradições.

A cidadania, conforme Dubet (2011), fundamenta-se em algumas concepções. Primeiramente, o cidadão é sempre o membro de uma comunidade, de um grupo, de uma nação aos quais se limitam as fronteiras da cidadania. Quer a cidadania seja ampla ou não, é a expressão de uma nação de cidadãos, com sua língua, sua cultura, sua história e, sobretudo,



por sua vontade de ser uma nação. Nesse sentido, continua o autor, a cidadania repousa sobre uma relação de fidelidade à nação, forjando o patriotismo.

A escola é uma das mais importantes instituições da sociedade, pois a maioria dos indivíduos passa pelo menos um período de tempo inserido nesse contexto. É uma das principais bases para a formação social do indivíduo, além da educação das disciplinas e seus conteúdos, é através dela que também são repassados os valores sociais, morais e éticos (Silva e Dallanol, 2008).

Setton (1999, pp. 75-76) explica que a escola é definida como espaço público, a serviço de toda a sociedade, voltada para garantir a comunhão de ideias e o fortalecimento do espírito coletivo e comunitário. É baseado nisso, no conceito de que a escola desempenha o papel de formadora de cidadãos, que se entende que a escola é um local de educação. Educação é, então, uma estratégia para repassar informações e valores aos alunos, contribuindo na prática de formar e cultivar espíritos e o caráter dos indivíduos.

Portanto, a contribuição de ações institucionais voltadas para difundir conceitos sobre Defesa e Segurança no contexto cívico-escolar tem sua importância fundamentada não apenas como contributo à edificação de uma sociedade justa e igualitária, mas também na manutenção da própria coesão nacional, necessária para o enfrentamento de situações de conflito em que se exige disposição da sociedade em geral em reconhecer e assumir riscos e eventuais perdas em nome de interesses coletivos maiores.

Diante disso, cabe prosseguir na associação do tema Segurança e Defesa e a educação para a cidadania. Segundo MEC (2014, p. 10), o desenvolvimento de uma cultura de segurança e defesa e de paz junto ao sistema de ensino fundamental e básico passa por quatro grandes temas axiais, os travejamentos sobre os quais esta se alicerça e desenrola e almeja alcançar os seus desideratos:

- O Quadro Normativo Ético-Jurídico;
- O Contexto Internacional;
- A Identidade Nacional;
- As FFAA, as Forças e os Serviços de Segurança.

Quanto ao tema “Quadro Normativo Ético-Jurídico”, esse visa apresentar as condições em que é legítimo e ético o uso da força, as FFAA e as Forças e Serviços de Segurança, seja com base na legislação nacional ou internacional (MEC, 2014).

A componente relativa ao “Contexto Internacional” atende a necessidade de se justificar a existência das FFAA e Forças e Serviços de Segurança pela capacidade de



responder aos riscos, perigos e ameaças com que se confrontam as sociedades. A percepção do mundo atual possibilita a compreensão dos riscos, perigos e ameaças à humanidade em geral e à nação em particular, sendo de origens naturais ou não (MEC, 2014).

A “Identidade Nacional” implica em educar no sentido da legitimidade do uso das FFAA e Forças e Serviços de Segurança não apenas em decorrência do arcabouço legal, mas também histórico, consolidado por séculos de afirmação de uma vontade de permanência e de independência da nação. Assim, a segurança e a defesa nacionais alicerçam-se, também, no sentido de “dever de memória” (Duarte, 2013).

Por fim, no tema “As FFAA, as Forças e os Serviços de Segurança” são examinadas as missões e funções das FFAA, das Forças de Segurança e dos Serviço de Segurança Interna. Começa-se por distinguir os conceitos de segurança e de defesa, passando à defesa militar da República; os compromissos internacionais do Estado; a cooperação técnico-militar; o apoio à proteção civil; e o desenvolvimento de tarefas relacionadas com as necessidades básicas das populações; fala-se ainda da admissão e do recrutamento aos quadros permanentes e não permanentes das FFAA e das Forças e dos Serviços de Segurança (MEC, 2014, p. 13).

1.6. Modelo de análise

A revisão bibliográfica do presente Capítulo indicou aspetos essenciais para o objetivo desta investigação, que se traduzem em variáveis relacionadas com o conteúdo ministrado nas ações cívico-escolares. Essas variáveis representam conteúdos relacionados com o fortalecimento da identidade nacional e a educação para a cidadania no tema Segurança e Defesa, de maneira que, ao ser verificado o atendimento integral a determinada variável por parte de uma ação cívico-escolar, entende-se que naquele aspeto, a ação possui conteúdo efetivo.

As variáveis foram agrupadas em dois conjuntos, identidade nacional e educação para a cidadania em Segurança e Defesa, conforme apresentado a seguir.

Variáveis relacionadas com o fortalecimento da identidade nacional: os Símbolos Nacionais; personagens e fatos históricos; a democracia; a liberdade; a soberania; os deveres dos cidadãos; a supremacia dos interesses coletivos; o contexto internacional; a religiosidade nacional; as características que distinguem a nação e se a elas são atribuídos significado e valor.

Variáveis relacionadas com a educação para a cidadania em Segurança e Defesa: os elementos ético-normativos, nacionais e/ou internacionais, que legitimam o uso da força pelo



Estado; o contexto de riscos, perigos e ameaças que justificam a existência de FFAA; elementos históricos nacionais que contribuem para alicerçar a Segurança e a Defesa do Estado, também legitimando o emprego da força; conhecimentos gerais sobre as FFAA e Forças e Serviços de Segurança.

A obtenção de informações necessárias para subsidiar a análise deu-se por meio de entrevistas estruturadas com especialistas nas respectivas ações cívico-escolares, que informaram uma apreciação do grau de atendimento às variáveis. Mais detalhes são esclarecidos no Capítulo 3.

1.7. Síntese conclusiva

A identidade nacional é parte integrante da existência individual e coletiva, sendo também fundamental para que haja a consolidação do Estado e a manutenção de sua coesão. Aspectos relacionados com o fortalecimento da identidade nacional foram destacados como variáveis para compor o modelo de análise desta investigação.

A globalização é um processo atrelado às sociedades modernas e que afeta a identidade nacional. Para desenvolver uma cultura de segurança e defesa e de paz é importante formar cidadãos conscientes em relação com o tema Segurança e Defesa. Assuntos nesse tema foram identificados e compuseram as variáveis para a verificação quanto à educação para a cidadania em Segurança e Defesa, também empregadas no modelo de análise da presente investigação.

Dessa maneira, em vista dos conhecimentos reunidos no presente Capítulo, conclui-se foi respondida a QD1, “de que maneira ações de caráter cívico-escolar em Segurança e Defesa podem fortalecer a identidade nacional?”.



2. Ações Cívico-Escolares em Segurança e Defesa

O objetivo deste capítulo é caracterizar ações cívico-escolares relacionadas com a Segurança e Defesa, no contexto da educação para a cidadania, que se desenvolvem atualmente em Portugal e no Brasil, resultados de suas operacionalizações e constrangimentos.

São inúmeras ações cívico-escolares que se podem contar, voltadas para o tema Segurança e Defesa, desde iniciativas isoladas e limitadas de professores que descrevem aos seus alunos os Símbolos Nacionais e a missão das FFAA, como também ações instituídas por lei, de alcance nacional e que implicam a participação de organizações militares ou relacionadas com as FFAA na sua operacionalização.

Diante desse espectro de possibilidades, foram selecionadas quatro ações cívico-escolares para caracterização nesta investigação, consideradas mais significativas porque foram instituídas por lei, envolvem a aplicação de recursos públicos e envolvem direta ou indiretamente as FFAA. São as seguintes: o Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz (RESDP) e o Dia da Defesa Nacional (DDN), realizadas em Portugal, e o Tiro de Guerra (TG) e as Escolas de Instrução Militar (EsIM), no Brasil.

2.1. Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz

Dentro do contexto de relevância estratégica da educação em Portugal, foi publicado o Decreto-Lei 139/2012 que destacou a educação como fator determinante para o desenvolvimento do país, assim como introduziu alterações no currículo dos ensinos básico e secundário destinadas a “criar uma cultura de rigor e de excelência”, tendo como principal objetivo o “aumento da qualidade e do sucesso escolar” (AR, 2012).

O Decreto-Lei instituiu, no seu Artigo 3º, os Princípios Orientadores da organização e da gestão do currículo dos ensinos básico e secundário. Dentre esses Princípios consta o caráter transversal da Educação para a Cidadania, na condição de componente complementar do currículo dos alunos (AR, 2012).

Esses Princípios Orientadores definiram o estabelecimento de conteúdos e orientações programáticas que, de facto, se consubstanciaram no documento Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania, aprovado e divulgado em dezembro de 2012, e, posteriormente, nos Referenciais de Educação para as diversas áreas temáticas enunciadas nesse documento orientador (MEC, 2014).

Coube ao Ministério da Educação e Ciência, por intermédio da Direção-Geral da Educação (DGE), estabelecer as Linhas Orientadoras para a Educação para a Cidadania. De



acordo com o DGE, em sentido amplo, a educação para a cidadania visa “contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo” (MEC, 2013).

Dentre as diferentes dimensões da educação para a cidadania, ainda conforme a DGE, destacam-se as seguintes: “educação para os direitos humanos; educação ambiental/desenvolvimento sustentável; educação rodoviária; educação financeira; educação do consumidor; educação para o empreendedorismo; educação para a igualdade de género; educação intercultural; educação para o desenvolvimento; educação para a defesa e a segurança/educação para a paz; voluntariado; educação para os media; dimensão europeia da educação; educação para a saúde e a sexualidade” (MEC, 2013).

No documento de Linhas Orientadoras, a DGE reconhece a complexidade da abordagem escolar de tantas dimensões da educação para a cidadania. Nesse sentido, favorece a produção de “Referenciais de Educação” para as diversas áreas temáticas, que poderiam ser elaborados por meio de colaboração com instituições públicas e parceiros da sociedade civil. Tais referenciais e outros documentos orientadores deveriam servir como instrumentos de apoio, não se sobrepondo à autonomia de cada estabelecimento de ensino, podendo inclusive ser adaptados em função de cada contexto, de acordo com a orientação da DGE (MEC, 2013).

No que se refere à dimensão da educação para a cidadania identificada como Educação para a Segurança e Defesa Nacional, a DGE esclarece que a mesma “pretende evidenciar o contributo específico dos órgãos e estruturas de defesa para a afirmação e preservação dos direitos e liberdades civis, bem como a natureza e finalidades da sua atividade em tempo de paz, e ainda contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da matriz histórica de Portugal, nomeadamente como forma de consciencializar a importância do património cultural, no quadro da tradição universal de interdependência e solidariedade entre os povos do Mundo” (MEC, 2013).

Para a elaboração do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz (RESDP), o MEC e o MDN celebraram um protocolo de cooperação em 15 de novembro de 2012. Foi, então, criada uma equipa que integrou elementos da DGE e elementos do Instituto da Defesa Nacional (IDN) (MEC, 2014, p. 7).

Por parte do MEC designaram-se profissionais oriundos da DGE e pelo MDN foram alocados especialistas do IDN, tendo a primeira versão do referido Referencial sido aprovada



pelo Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, em 29 de agosto de 2014 (MEC, 2014).

Ao final desse processo, elaborou-se um instrumento para levar às crianças e jovens que frequentam desde o ensino pré-escolar até o ensino secundário, conhecimentos sobre Segurança, Defesa e Paz, com o fito de resultar em novas capacidades, valores e atitudes essenciais ao pleno exercício da cidadania. Da mesma forma, o Referencial também serve a outras entidades e agentes educativos que estejam interessados em desenvolver atividades de educação para a cidadania (MEC, 2014).

O RESDP está organizado por níveis de educação e por ciclos de ensino – educação pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e Ensino secundário (MEC, 2014).

No que respeita à Educação Pré-Escolar e ao 1.º ciclo do Ensino Básico, optou-se pela construção de um único tema de carácter global. Nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário, o RESDP organiza-se em torno dos seguintes temas:

- A Segurança, a Defesa e a Paz;
- O Contexto Internacional e o Quadro Nacional – a Mundialização e a Interdependência;
- A Identidade Nacional e o Quadro Internacional da Segurança, da Defesa e da Paz;
- As FFAA e as Forças e Serviços de Segurança – O Quadro Institucional, Organização e Missões.

Conforme MEC (2014, p. 9), o Referencial foi organizado em uma complexidade crescente, da Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário, tendo em consideração a necessária adequação a cada nível de ensino.

O RESDP também inclui fundamentação científica para os eixos teóricos adotados. Sobre segurança, por exemplo, o documento menciona que a aparente sensação de segurança das atuais sociedades europeias confronta-se com a realidade histórica, que demonstra a necessidade de se “acautelarem os riscos, perigos e ameaças que possam advir da complexidade e da incerteza, por aquela engendrada, que caracteriza o mundo contemporâneo” (MEC, 2014, p. 10). Explica, também, que a dimensão da segurança se aplica desde o indivíduo (segurança humana) até a teoria das Relações Internacionais, onde a segurança é necessária para a garantia da paz.

Também menciona no referencial teórico sobre a função e as missões das FFAA e das Forças de Segurança, as quais são enquadradas dentro de uma sociedade democrática por linhas éticas, normativas e políticas (MEC, 2014).



O Referencial passa, então, a fundamentar Segurança e a Defesa, e a Paz, pelo exposto através da Carta das Nações Unidas e das Cartas dos Direitos Humanos que delimitam o uso do instrumento coativo, das FFAA e das Forças e Serviços de Segurança, em termos internacionais e mesmo nacionais, ao delinarem as condições reguladoras de cariz ético e de carácter político que permitem a sua utilização pelos Estados (MEC, 2014).

Observa, contudo, que o uso da força reflete o quadro constitucional do país e a vontade da nação em buscar seus interesses legítimos de paz e prosperidade. A legitimidade é componente indispensável para delimitar o emprego das FFAA e das Forças e Serviços de Segurança (MEC, 2014).

Em seu item III, o RESDP descreve os resultados de aprendizagem esperados para cada fase de ensino das crianças e dos jovens. No Anexo A constam Quadros que sintetizam os temas e resultados esperados, assim como objetivos a serem alcançados nos diferentes níveis de educação e de ensino.

2.1.1. Operacionalização do Referencial

Foi elaborado material de apoio à operacionalização do RESDP devido à necessidade de proporcionar aos docentes um maior conhecimento sobre as FFAA, as Forças de Segurança e os Serviços de Segurança, mesmo porque houve alterações na organização e nas suas respetivas missões em resposta às recentes transformações em Portugal e no exterior, como a valorização de missões de interesse público, tais como ações de busca e salvamento, ajuda às populações, combate a incêndios, e as missões de paz no quadro das organizações e das alianças de segurança e defesa a que Portugal pertence (NATO, UE, CPLP), tendo como horizonte o apoio à paz e o auxílio humanitário (MEC, 2015).

As informações foram organizadas sob coordenação do Instituto da Defesa Nacional (IDN), incorporando contributos do “Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e dos diferentes ramos das FFAA (Marinha, Exército e Força Aérea), das Forças de Segurança (Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública) e Serviços de Segurança (Polícia Judiciária, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Serviço de Informações de Segurança)” (MEC, 2015, p. 2).

Dessa maneira, nesse material de apoio foi dada ênfase ao tema “As Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança - O Quadro Institucional, Organização e Missões”, tendo como parâmetro a estrutura dos objetivos e descritores de desempenho definidos no RESDP para o ensino secundário. A Figura 1 apresenta a capa do referido Documento de Apoio.

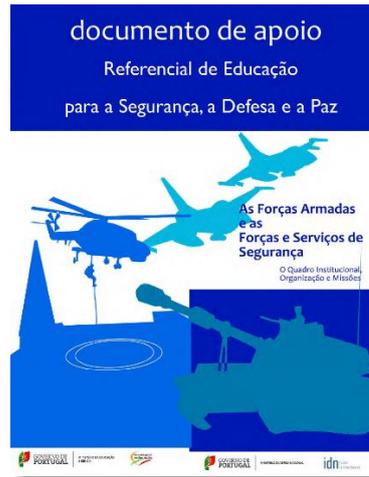


Figura 1 – Documento de Apoio à operacionalização do Referencial.

Fonte: (MEC, 2015)

Com relação às FFAA, o material também menciona a importância dos recursos (humanos, materiais, financeiros) para o cumprimento das missões, o quadro de compromissos internacionais do Estado Português, assim como as diferentes formas de prestação do serviço militar (MEC, 2015, p. 2).

Este documento de apoio foi constituído na forma de *e-book* e em PDF interativo, para permitir a inclusão de ligações para arquivos digitais e outras fontes de informação disponíveis na Internet⁶.

A estratégia adotada para incentivar a divulgação do RESDP tem sido a assinatura de protocolos entre o MDN, MEC e os presidentes das câmaras municipais, objetivando a formação de professores, com foco no documento de apoio. Na Tabela 1 abaixo encontram listados os distritos e municípios que assinaram o protocolo para implementação do RESDP (Duarte, 2018). Exemplos: Porto, Vila Nova de Gaia, Maia, Matosinhos, Baião, Lisboa, Sintra, Cascais, Oeiras e Amadora.

⁶ Disponível em <http://www.dge.mec.pt/noticias/educacao-para-cidadania/documento-de-apoio-referencial-de-educacao-para-seguranca-defesa-e>



Tabela 1 - Distritos e total de municípios que assinaram protocolo.

Distrito	Municípios	Total
Porto	Porto, Vila Nova de Gaia, Maia, Matosinhos e Baião	5
Lisboa	Lisboa, Sintra, Cascais, Oeiras e Amadora	5
Viseu	Viseu, Armamar, Carregal do Sal, Castro Daire, Cinfães, Lamego, Mangualde, Moimenta da Beira, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São João da Pesqueira, Resende, Tondela, São Pedro do Sul, Sátão, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Vila Nova de Paiva, Vouzela	23
Vila Real	Vila Real, Alijó, Boticas, Chaves, Mesão Frio, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Peso da Régua, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real	14
Viana do Castelo	Viana do Castelo, Valença, Monção, Ponte de Lima, Caminha, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira e Melgaço	10
Total		57

Fonte: (Duarte, 2018)

A formação de professores tem sido efetuada através de várias ações de formação, sob coordenação do IDN e com duração de 25 horas, abrangendo simultaneamente professores de várias escolas e vários municípios. Foram realizadas dez ações de formação de docentes até o momento, em Lisboa, Porto, Vila Real, Viseu, Cascais, Oeiras, Melgaço, Viana do Castelo e Maia. Além dessas, têm sido efetuadas instruções de curta duração (2 horas) em escolas de várias localidades, como por exemplo, Gondomar, Matosinhos, Sintra, Mondim de Basto, Mesão Frio e Lisboa. Ainda que o RESDP seja um documento aprovado pela entidade competente no âmbito do sistema educativo nacional, tendo, portanto, possibilidade de aplicação a todas as escolas do país, não se trata de matéria obrigatória, ocasionando diferentes ritmos de implementação a depender da localidade (Duarte, 2018).

Outras informações sobre o RESDP foram colhidas por intermédio de entrevista estruturada, conforme Apêndice C, compondo subsídios para o modelo de análise definido no Capítulo 1. Os resultados estão descritos no Capítulo 3.

2.2. Dia da Defesa Nacional

O Dia da Defesa Nacional (DDN), em Portugal, foi instituído por intermédio da Lei do Serviço Militar, com o objetivo de “sensibilizar os jovens para a temática da defesa nacional e divulgar o papel das Forças Armadas, a quem incumbe a defesa militar da República” (AR, 1999).



A Lei do Serviço Militar apresenta no seu Capítulo 1, Princípios Gerais, Artigo primeiro, algumas determinações essenciais para a caracterização do DDN (AR, 1999):

- A defesa da Pátria é direito e dever fundamental de todos os portugueses;
- O serviço militar integra-se no contributo para a defesa nacional;
- Constitui ainda objetivo do serviço militar a valorização cívica e cultural, entre outros;
- Em tempo de paz, o serviço militar baseia-se no voluntariado, sem prejuízo das obrigações dos cidadãos portugueses inerentes ao recrutamento militar e ao serviço efetivo decorrente de convocação ou de mobilização, nos termos estatuídos nessa lei.

A sensibilização e a divulgação da temática da defesa nacional e do papel das FFAA, conforme o Artigo 11º, envolvem os preceitos constitucionais que se relacionam com a defesa nacional, os princípios gerais que se relacionam com as FFAA, direitos e deveres dos cidadãos, assim como os objetivos do serviço militar e as diferentes possibilidades que se oferecem aos jovens durante e após o serviço militar, ações de formação, missões essenciais das FFAA, organização, recursos a elas disponibilizados e informações sobre as formas de prestação de serviço (AR, 1999).

Continua o Artigo 11º sobre o DDN, que o mesmo terá um dia de duração em atividades de formação, sendo então entregue ao participante um certificado individual de presença. Por fim, a comparência ao Dia da Defesa Nacional constitui um dever de todos os cidadãos portugueses, podendo ocorrer a partir do 1º dia do ano em que completam a idade de 18 anos e enquanto a mantenhão (AR, 1999).

A lei institui condições para a dispensa de comparência (Artigo 37º), define também que o cidadão, enquanto sujeito aos deveres militares previsto nessa lei, tem o dever de comparecer na hora e local designado para o DDN (Artigo 57º), sendo passível de punições (Artigo 58º) (AR, 1999).

O Dia da Defesa Nacional decorre em Centros de Divulgação do Dia da Defesa Nacional (CDDN), sedeados em unidades militares dos três ramos das FFAA. A Figura 2 apresenta os CDDN em Portugal identificados para a convocação realizada em 2017 e a Tabela 2 identifica nomeadamente tais centros, incluindo as ilhas portuguesas que não aparecem na Figura anterior (MDN, 2018).

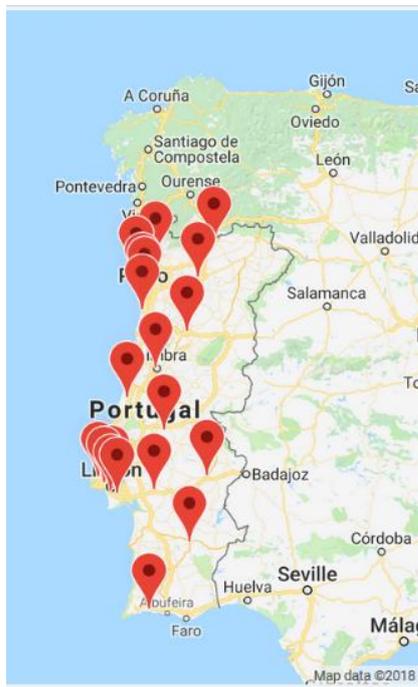


Figura 2 - Localização dos Centros de Divulgação em Portugal.

Fonte: (MDN, 2018).

Tabela 2 - Localização dos Centros de Divulgação.

Região	Locais
Norte	Chaves, Braga, Póvoa de Varzim, Vila Real, Porto, Vila Nova de Gaia
Centro	Ovar, Viseu, Coimbra, Monte Real, Santa Margarida
Área metropolitana de Lisboa	Sintra, Queluz, Lisboa, Almada, Barreiro
Alentejo	Estremoz, Vendas Novas, Beja
Algarve	Portimão
Região Autónoma da Madeira	Madeira, Porto Santo
Região Autónoma dos Açores	Flores, Faial, Pico, São Jorge, Graciosa, São Miguel, Terceira, Santa Maria

Fonte: adaptado de (MDN, 2018).

2.2.1. Operacionalização do Dia da Defesa Nacional

Durante o Dia da Defesa Nacional desenvolvem-se um conjunto de atividades destinadas a sensibilizar os jovens para a temática da Defesa Nacional e para divulgar o papel das FFAA Portuguesas (DGRDN, 2018). Para o presente trabalho foram colhidas



informações do Relatório Síntese produzido pela DGRDN durante o ano de 2017, com o intuito de esclarecer acerca da operacionalização dessa ação.

De acordo com esse relatório, na edição de 2017 do DDN houve a participação de 99766 jovens, de ambos os sexos (DGRDN, 2018). No Apêndice B estão reunidas as principais informações estatísticas e conclusões do referido relatório.

Foram colhidas, ainda, outras informações por intermédio de entrevista com especialista, disponível no Apêndice C, a fim de subsidiar o modelo de análise descrito no Capítulo 1. Os resultados são apresentados no Capítulo 3.

2.3. Tiro de Guerra

A Constituição brasileira estabelece que o serviço militar é obrigatório nos termos da lei⁷. A Lei do Serviço Militar no Brasil define que todos são obrigados a prestar o Serviço Militar, estando as mulheres isentas em tempo de paz. O Serviço Militar inicial será prestado por classes constituídas de brasileiros nascidos entre 1 de janeiro a 31 de dezembro, no ano em que completarem 19 (dezanove) anos de idade. A Lei também estabelece isenções à prestação do Serviço Militar e sanções àqueles que a desrespeitarem (CN, 1964).

Em 2018 estima-se que 1,8 milhão de jovens brasileiros deverão se apresentar para o serviço militar, sendo 100 mil o total estimado de incorporações no Exército, Marinha e Aeronáutica, ou 5,5% do total (MD, 2018).

Os brasileiros nas condições previstas nessa Lei deverão prestar o Serviço Militar incorporados em Organizações da Ativa das FFAA⁸ ou matriculados em Órgão de Formação de Reserva (OFR), sendo esta a denominação genérica dada aos órgãos de formação de oficiais, graduados e soldados para a reserva. A instituição TG, ligada ao Exército Brasileiro (EB), é um desses OFR (CN, 1964).

O TG é, assim, uma instituição militar encarregada de formar atiradores e ou cabos de segunda categoria (reservistas) para o Exército. Os TGs são estruturados de modo que o convocado possa conciliar a instrução militar com o trabalho ou estudo, proporcionando a milhares de jovens brasileiros, principalmente os que residem em cidades do interior do país, a oportunidade de atenderem a Lei e prestarem o Serviço Militar (PMI, 2017).

Os TG têm sede, materiais, móveis, utensílios e polígono de tiro fornecidos pelas Prefeituras Municipais, sem, no entanto, ficarem subordinados ao poder executivo

⁷ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Artigo 143.

⁸ São as organizações ativas das FFAA, voltadas para aplicações operacionais ou logísticas.



municipal, mas à respectiva Região Militar⁹. Os instrutores (normalmente sargentos ou subtenentes), armamento, munição, fardamento e outros materiais julgados necessários à instrução dos TG são fornecidos pelas FFAA (CN, 1964).

Segundo EB (2018), os TG são uma experiência bem-sucedida entre o EB e a Sociedade Brasileira, representada pelo poder público municipal e pelos milhares de cidadãos brasileiros que ingressam nas fileiras do Exército anualmente. Essa parceria é celebrada por intermédio de protocolos, está enraizada na história e na formação do povo brasileiro há mais de 110 anos e tem profundas ramificações na sociedade na qual está inserido.

Esses jovens, ao serem matriculados com base na Lei do Serviço Militar, recebem a denominação de “atiradores”, designação esta emblemática e histórica, oriunda das primeiras sociedades de Tiro ao Alvo no Brasil, com finalidades militares e de formação da reserva para o Exército, embrionárias dos atuais TG (EB, 2018).

Dessa maneira, os TG permitem, de forma criativa, inteligente e económica, proporcionar a milhares de jovens brasileiros, principalmente os que residem em cidades do interior do país, a oportunidade de atenderem à Lei e de prestarem o Serviço Militar. Mais que o carácter obrigatório, essa modalidade de Serviço Militar configura um direito do cidadão em dar sua contribuição, ainda que modesta, para a defesa da Pátria, conciliando sua vida cotidiana com sua rotina de trabalho, estudo e convívio familiar. É também um instrumento de educação e de civilidade, presente nos mais distantes rincões do Território Nacional, sendo que os TG passaram a ser conhecidos pela sociedade brasileira como verdadeiras “escolas de civismo e cidadania” (EB, 2018; JOESP, 2017).

2.3.1. Operacionalização dos Tiros de Guerra

A organização de um TG ocorre por meio de protocolo firmado com as prefeituras municipais e o Comando da Região Militar. Existem mais de 223 TG distribuídos por quase todo o território brasileiro, onde ingressam, aproximadamente, 14.000 (quatorze mil) jovens todos os anos (Bartz, 2018).

Conforme EB (2013), a instrução individual básica realizada no TG tem por objetivo o desenvolvimento de atitudes e de habilidades necessárias ao militar, o que inclui valores morais e éticos. No que se refere a esta investigação, alguns temas ministrados merecem

⁹ O Brasil é dividido em 12 Regiões Militares, que possuem atribuições administrativas e logísticas, nomeadamente o SMO, a mobilização, entre outras (www.eb.mil.br).



destaque, como conhecer as atividades das FFAA, direitos e garantias fundamentais, direitos e deveres dos cidadãos, os Símbolos Nacionais ou a formação da nacionalidade brasileira.

Foram colhidas informações por intermédio de entrevista estruturada com especialista, disponível no Apêndice C, a fim subsidiar o modelo de análise, conforme Capítulo 1. Os resultados são apresentados no Capítulo 3.

2.4. Escolas de Instrução Militar

As Escolas de Instrução Militar (EsIM) também derivam do processo de prestação do SMO no Brasil. São OFR do EB que possibilitam a prestação do Serviço Militar por alunos de Estabelecimento de Ensino do ensino médio, inclusive técnico-profissional, e da educação superior, voluntários, de modo a atender a Instituição, conciliando a prestação do serviço militar com o estudo formal do aluno. Aquele que conclui a instrução é designado “Reservista de 2ª Categoria” (EB, 2015).

Conforme estabelecido no documento de instituição das EsIM, “além de propiciar a prestação do serviço militar inicial, as EsIM deverão constituir-se em polos difusores do civismo, da cidadania e do patriotismo; colaborar em ações subsidiárias, mediante protocolo com órgãos federais, estaduais e municipais; colaborar em projetos de ação comunitária; e desenvolver e/ou consolidar a área socioafetiva dos alunos matriculados nas EsIM, promovendo um estilo saudável de vida” (EB, 2015).

As EsIM são subordinadas à respectiva Região Militar, que orientarão e fiscalizarão as atividades que nelas se realizarem. Serão apoiadas, para fins de instrução, por uma Organização Militar (OM) operacional ou Estabelecimento de Ensino, sediados em suas proximidades. Os objetivos da EsIM são a preparação de munícipes conhecedores dos problemas locais, interessados nas aspirações e realizações de sua comunidade, e a formação de reservistas de 2ª Categoria aptos a desempenharem tarefas limitadas, na paz e na guerra (EB, 2015).

Continua o documento afirmando a preocupação com a inclusão da ética, do civismo e da nacionalidade, de modo a desenvolver os valores morais da nacionalidade, o sentimento das obrigações para com a Pátria e a compreensão das instituições básicas que regem a sociedade, tais como a família, o governo, a religião e as FFAA, dentre outras; o sentimento de responsabilidade no desempenho de suas atividades como cidadão e aluno; e a compreensão da importância do Serviço Militar no contexto da Segurança Nacional (EB, 2015).



Ao concluir com aproveitamento o curso na EsIM, o jovem poderá obter melhores oportunidades para a inserção no mercado de trabalho e condições mais favoráveis na pontuação do mérito para o ingresso como oficial ou sargento técnico temporário, de acordo com os editais de cada modalidade de convocação para o serviço ativo (EB, 2016).

2.4.1. Operacionalização das Escolas de Instrução Militar

As EsIM são criadas a partir de protocolo entre o estabelecimento de ensino e o Comando da Região Militar. O estabelecimento de ensino deve possuir número compatível de alunos em idade de prestação do Serviço Militar e excelente infraestrutura de apoio, não só para o desenvolvimento da instrução, como também para as atividades de caráter administrativo. O regime de instrução é descontínuo, a fim de conciliar as atividades civis e militares dos alunos, e tem duração de dezoito semanas (EB, 2015).

A instrução na EsIM está definida em documentação específica e compreende temas como Defesa do Estado e Instituições Democráticas, Missão Constitucional das FFAA, Símbolos Nacionais, além de temas relacionados à formação propriamente militar (EB, 2002).

Atualmente encontram-se em atividade as EsIM descritas na Tabela 3. O total de formandos ainda não é tão expressivo, porém há potencial para crescimento do número de estabelecimentos parceiros. Observa-se, também, a formação de alunas, o que é uma experiência recente para o EB (Bartz, 2018).

Tabela 3 – Escolas de Instrução Militar em atividade.

Escola Vinculada	Cidade-Estado	Formandos em 2017
Fundação Bradesco	Osasco – SP	51 alunos
Colégio Farroupilha	Porto Alegre - RS	29 alunos
Colégio Militar do Corpo de Bombeiros	Fortaleza – CE	(iniciado em 2018)
Centro Universitário Projeção	Brasília – DF	12 alunos
Centro Educacional La Salle	Manaus – AM	29 alunos 20 alunas
Instituto Batista de Roraima	Boa Vista - RR	28 alunos 10 alunas
	total	179

Fonte: (Bartz, 2018).

Foram colhidas outras informações por intermédio de entrevista com especialista, disponível no Apêndice C, a fim subsidiar o modelo de análise desta investigação. Os resultados são apresentados no Capítulo 3.



2.5. Síntese conclusiva

Este Capítulo explorou aspetos das ações de carácter cívico-escolar consideradas mais significativas em andamento em Portugal e no Brasil, as quais incluem como componente da mais alta relevância a educação para a cidadania e temas relacionados à Segurança e Defesa.

Procurou-se destacar a fundamentação legal e institucional que suporta essas atividades, bem como o seu conteúdo e operacionalização, de forma que se encontra respondida a QD2, “como se caracterizam as ações cívico-escolares em Segurança e Defesa em Portugal e no Brasil?”

De acordo com o planeamento da investigação, cabe o próximo passo de analisar tais atividades frente às variáveis propostas no modelo de análise, decorrente da revisão bibliográfica.



3. Análise e Contributos

De acordo o percurso desta investigação, resta analisar em que medida as ações cívico-escolares selecionadas e caracterizadas neste estudo contemplam, em suas respectivas instruções, as variáveis trazidas pela revisão bibliográfica.

Como resultado da análise, o comportamento dos indicadores de desempenho aponta oportunidades de aperfeiçoamento do conteúdo ministrado nas ações cívico-escolares.

Também são relevantes as considerações fornecidas pelos especialistas entrevistados no que se refere à abrangência da implementação das ações, eventuais constrangimentos e oportunidades para a melhoria dos resultados. Essas informações contribuem para a percepção das condições de operacionalização das ações e podem suscitar mudanças de estratégia, seja no que se refere à implementação no contexto da realidade de cada ação, ou mesmo no sentido de alteração do conteúdo ministrado, a fim de incrementar o contributo na formação dos jovens para o bom exercício da cidadania.

Diante do exposto, fica esclarecido que o objetivo deste Capítulo é propor contributos ao aprimoramento das ações de caráter cívico-escolar, no contexto da Segurança e Defesa.

3.1. A análise

De acordo com a revisão bibliográfica e o modelo de análise descritos no Capítulo 1, foram indicados dois grupos de variáveis relacionados com o fortalecimento da identidade nacional e a educação para a cidadania no tema Segurança e Defesa.

A obtenção de informações necessárias para subsidiar a análise deu-se por meio de entrevistas estruturadas com especialistas nas respectivas ações cívico-escolares, que informaram uma apreciação do grau de atendimento às variáveis, sob um aspeto apenas qualitativo.

Posteriormente às entrevistas, as respostas foram organizadas de forma a possibilitar uma pontuação (percentagem) relacionada ao cumprimento dos parâmetros, como referência de comparação.

Além da avaliação do conteúdo das ações cívico-escolares por meio das variáveis supracitadas, foram colhidas respostas dos especialistas acerca da abrangência da implementação das mesmas, eventuais constrangimentos e oportunidades.

A identidade nacional e a educação para a cidadania, especialmente na dimensão da Segurança e Defesa, desempenham papéis relevantes para a coesão nacional e para a formação dos cidadãos ao exercício da cidadania, condições essas que contribuem para a estabilidade e o progresso da nação.



As ações de carácter cívico-escolar podem contribuir com o fortalecimento da identidade nacional e a coesão do país através da difusão de conhecimentos como: os Símbolos Nacionais; personagens e fatos históricos; a democracia; a liberdade; a soberania; os deveres dos cidadãos; a supremacia dos interesses coletivos; o contexto internacional; a religiosidade nacional; bem como destacando as características que distinguem a nação e a atribuição de significado e valor a essas diferenças. Esses aspetos são as variáveis de identidade nacional do presente trabalho.

Conforme descrito nos capítulos anteriores, o conteúdo ministrado nas ações voltadas para o tema Segurança e Defesa comporta assuntos como: os elementos ético-normativos, nacionais e/ou internacionais, que legitimam o uso da força pelo Estado; o contexto de riscos, perigos e ameaças que justificam a existência de FFAA; elementos históricos nacionais que contribuem para alicerçar a Segurança e a Defesa do Estado, também legitimando o emprego da força; conhecimentos gerais sobre as FFAA e Forças e Serviços de Segurança. Esses assuntos são as variáveis de educação para a cidadania em Segurança e Defesa.

3.2. Resultados alcançados

Os resultados alcançados com as entrevistas encontram-se organizados no Apêndice D.

Após analisar as respostas dos especialistas entrevistados, em que foram atribuídas pontuações para verificação da percentagem de atendimento ao conjunto de variáveis de identidade nacional, chegou-se ao descrito no Quadro 1.

Quadro 1 – Resumo dos resultados referentes a identidade nacional.

Ação cívico-escolar	Percentagem
RESDP	95%
DDN	32%
TG	48%
EsIM	48%

Fonte: (autor, 2018)

O destaque do RESDP deve-se à sua finalidade e conceção serem muito próximas aos preceitos de valorização da identidade nacional verificados na bibliografia investigada. Esta ação perdeu pontos apenas por não incluir a religiosidade portuguesa como fator de identidade nacional, um dos aspetos definidos no modelo de análise.

De fato, há uma oportunidade de aprimoramento das demais ações analisadas para que incrementem a sua contribuição com o tema identidade nacional.



Contudo, considera-se importante observar que as ações cívico-escolares investigadas possuem objetivos específicos definidos em lei, não necessariamente alinhados de forma plena ao contexto investigado. Dessa maneira, o fato de as pontuações não alcançarem o grau máximo não significa demérito no cumprimento de suas finalidades legais. De todo modo, é válida a contribuição no sentido de apontar a oportunidade de que, diante dos resultados, seja considerada a possibilidade de ajustes nos conteúdos ministrados.

As respostas relacionadas com a educação para a cidadania em Segurança e Defesa foram organizadas a elas atribuídas pontuações na medida em que sinalizavam positivamente ao atendimento das variáveis do modelo de análise. A pontuação foi, então, apresentada em termos de percentagem de atendimento. Assim, 100% significariam que todas as variáveis do tema fazem parte do conteúdo ministrado na respetiva ação. O resumo dos resultados é apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Resumo dos resultados referentes a educação em Segurança e Defesa.

Ação cívico-escolar	Percentagem
RESDP	94%
DDN	72%
TG	80%
EsIM	80%

Fonte: (autor, 2018)

Todas as ações destacaram-se positivamente na avaliação do tema Segurança e Defesa, tendo em vista as suas respetivas conceções, que incluem a preocupação em transmitir aos jovens valores para a sua formação cidadã. Nesse aspeto, todas as ações parecem se desenvolver bem.

O DDN transmite uma gama significativa de conhecimentos no sentido de fortalecer a identidade nacional e a educação para a cidadania em Segurança e Defesa, considerando-se que a sua duração é bastante limitada. Por ser uma atividade obrigatória aos jovens de ambos os sexos, o seu alcance é bastante amplo. Percebe-se, pelos relatórios e entrevistas, um aperfeiçoamento contínuo.

Quanto ao conteúdo ministrado nas ações cívico-escolares portuguesas investigadas, foi verificado que o RESDP é a ação mais ampla. Esta ação tem vindo a consolidar-se, porém, a abrangência de sua implementação carece de desenvolvimento. A difusão do conhecimento em educação para a cidadania não é obrigatória e por isso vem sendo implementada no sistema de ensino em diferentes ritmos. Importante destacar a responsabilidade dos municípios pela eficiente instrução dos alunos.



Já no Brasil, as ações TG e EsIM são bastante semelhantes no aspeto do conteúdo ministrado, pelo que o resultado obtido não foi suficiente para diferenciá-las. A mais significativa é o TG, abrangendo um número elevado de jovens sob o ponto de vista do total de incorporados para prestarem o Serviço Militar, contudo, deixa a desejar em vista do número de jovens que todos os anos alcançam a idade de alistamento. O Brasil carece de uma ação para fortalecimento da identidade nacional e educação em Segurança e Defesa abrangente, como ocorre em Portugal. Contudo, deve-se lembrar que o Serviço Militar no Brasil é obrigatório, o que contribui com a difusão de conhecimentos importantes no tema investigado.

Por sua vez, a EsIM deixa a desejar no quesito abrangência, uma vez que são poucos os estabelecimentos de ensino parceiros e o total de alunos ainda é praticamente insignificante. Entretanto, a sua conceção diferenciada, que inclui parceria com organizações de ensino, reduz custos e favorece a sua expansão no futuro.

3.3. Contributos e recomendações

Um contributo evidente desta investigação é a reunião de material sobre as ações cívico-escolares em andamento em Portugal e no Brasil, o que facilita futuras consultas e estudos sobre temas correlacionados. O conhecimento mútuo das iniciativas e estratégias escolhidas pelos diferentes países permite enxergar a dificuldade de se implementar a educação para a cidadania.

Os resultados apresentados indicam possibilidades de contributos dessa investigação na forma de ajustes nos programas de instrução, a fim de alcançar melhores indicadores no futuro, desde que não prejudiquem os objetivos legais específicos de cada ação cívico-escolar.

O DDN, TG e EsIM poderiam sofrer ajustes a fim de enfatizar mais aspetos relativos ao fortalecimento da identidade nacional dos respetivos países.

Cada país exerce sua soberania e define políticas públicas para suplantar obstáculos ao desenvolvimento nacional. Nesta investigação ficou patente haver em Portugal uma atenção maior com as questões da educação para a cidadania do que por parte do Brasil. Evidentemente, há que se considerar que os contextos são distintos.

As ações do Brasil são interessantes por envolver parcerias com órgãos externos às FFAA, como as administrações municipais e escolas públicas e privadas, tanto para o TG quanto à EsIM. Por outro lado, o alcance das ações de Portugal indica oportunidades de aperfeiçoamento.



No caso da EsIM, há por parte da escola parceira um interesse em oferecer um “serviço” diferenciado aos alunos, que não precisam abandonar os estudos e ao mesmo tempo prestam o Serviço Militar, o que pode resultar em alguma vantagem competitiva no mercado de ensino. No caso do RESDP, uma forma de aperfeiçoamento seria a implementação de alguma recompensa, não necessariamente financeira, seja ao município, à escola ou aos professores que se engajassem na instrução.

Recomenda-se investigar, tanto no Brasil quanto em Portugal, as diferentes perceções dos jovens, antes e depois de participar da ação cívico-escolar, a fim de medir a efetividade da instrução em fortalecer a identidade nacional e transmitir valores em Segurança e Defesa.

3.4. **Síntese conclusiva**

Este capítulo apresentou a análise das atividades de carácter cívico-escolar em desenvolvimento em Portugal e no Brasil em relação às variáveis da identidade nacional e educação para a cidadania em Segurança e Defesa.

Verificou-se que as ações cívico-escolares investigadas atendem parcialmente as variáveis estabelecidas no modelo de análise. Em Portugal, O RESDP se destaca pelo conteúdo ministrado, enquanto que o DDN se destaca pela abrangência.

Quanto às ações brasileiras, as mesmas possuem conteúdo significativo, principalmente no que se refere à educação para a cidadania em Segurança e Defesa, contudo, a realidade do país no tocante à população abrangida é bastante deficiente, expondo o desafio enorme desse país quanto à formação cidadã.

Pelo exposto, conclui-se que foi respondida a questão derivada QD3, “como se poderia aprimorar as ações cívico-escolares em Segurança e Defesa no Brasil e em Portugal?”.



Conclusões

Este trabalho de investigação concentrou-se nos aspetos das atividades de carácter cívico-escolar em educação para a cidadania, voltadas para o tema Segurança e Defesa.

A importância desse estudo revela-se na atual dinâmica das relações sociais e culturais decorrentes, entre outros fatores, do processo de globalização. Os elementos que contribuíram para a consolidação da identidade nacional por décadas estão atualmente incertos, exigindo em contrapartida ações que valorizem a cidadania e o amor pela pátria.

Sumário com as grandes linhas do procedimento metodológico seguido

O objeto desta investigação foram as ações de carácter cívico-escolar, no contexto da educação para a cidadania, no tema Segurança e Defesa, em desenvolvimento no Brasil e em Portugal.

Foram reunidas informações acerca do respaldo legal, organização, operacionalização, abrangência e constrangimentos das ações cívico-escolares.

Quanto à análise, foi verificado o quanto o conteúdo didático ministrado nas ações inclui elementos importantes para o fortalecimento da identidade nacional e para a educação para a cidadania em Segurança e Defesa, além de aspetos da operacionalização e abrangência.

O raciocínio empregado foi indutivo, a estratégia de investigação foi qualitativa. O desenho de pesquisa foi do tipo estudo de caso, essencialmente de natureza empírica e descritiva. O horizonte temporal da investigação foi transversal. A recolha e a análise dos dados basearam-se em documentos e nas entrevistas estruturadas realizadas com especialistas.

No final da investigação foram apresentadas recomendações para aperfeiçoamento das ações cívico-escolares.

Avaliação dos resultados obtidos

O objeto desta investigação foi ajustado para resultar num OG e respetivos OE. Para direcionar os esforços de investigação foi definida uma QC e demais QD. Em vista dos resultados obtidos, considera-se terem sido alcançados os objetivos da investigação.

Ao Capítulo 1 coube identificar a relação entre ações de carácter cívico-escolar em Segurança e Defesa e o fortalecimento da identidade nacional.

Verificou-se que quando grupos de indivíduos compartilham uma mesma identidade e sentimentos de diferença em relação a outros grupos cria-se o ambiente para o estabelecimento de uma identidade nacional. Ao querer viver juntos, os aglomerados



populacionais formam aquilo que chamamos nação, dando origem a um Estado. Apesar de haver elementos comuns na formação de diferentes nações, os momentos que concorrem para a identificação de um povo, a política, a religião, a língua, a cultura, enfim a sua História, são exclusivas de cada nacionalidade. Sob essa perspectiva, o fortalecimento da identidade nacional é fundamental para que haja a consolidação do Estado.

As diferenças culturais manifestam-se na forma de símbolos, heróis, rituais e valores. Os valores, entre eles a identidade nacional, fazem parte das primeiras coisas que as crianças aprendem de forma muitas vezes inconsciente. A identidade nacional é parte integrante da existência individual e coletiva, está implícita no que as pessoas de uma forma geral pensam ou fazem.

Constatou-se que a globalização representa o processo de integração internacional em várias dimensões e também representa um risco de perda da identidade cultural dos povos.

Sob esse ponto de vista, as noções culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que no passado conferiram sólidas referências para a formação das identidades nacionais, encontram-se fragmentadas, ou fora de seus centros habituais, abalando a ideia que os indivíduos fazem de si mesmos, provocando transformações económicas, políticas e sociais. Enfim, contexto atual, influenciado pelo processo de globalização, promove o enfraquecimento da autoridade institucional que compõem o tradicional Estado-Nação.

O patriotismo, entendido como conexão da pessoa com a sua terra natal por lações afetivos, jurídicos e históricos, é transmitido entre as gerações e tem relação direta com a formação da identidade nacional.

No processo de formação da identidade nacional, dentro da área de conhecimento da psicologia social, é preciso é distinguir a nação das demais, atribuindo um significado e conferindo um valor a essa distinção.

Dada a importância da identidade nacional para a coesão do Estado, esta deve ser erigida continuamente, realçando os aspetos gloriosos do passado que resultam ou simbolizam ação ou sentimentos coletivos. A educação tem papel muito importante nesse processo de transmissão de valores para a sociedade.

Concluiu-se que a lógica do poder nas sociedades tem relação com a dinâmica das construções das identidades. Influenciar mudanças na identidade nacional significa capacidade de promover alterações nos modos de ser, pensar e agir de um povo, segundo interesses diversos. Nesse sentido, a disputa pelo poder ocorre na mente das pessoas.



Quanto ao tema da Segurança, os estudos indicaram que esse conceito atualmente é bastante abrangente, de carácter político e tanto coletivo quanto individual. Por sua vez, o conceito de Defesa de um ordenamento político é, frequentemente, confundido com as próprias FFAA, porém é mais do que isso, envolve também a preservação do território, do povo e do poder organizado e soberano.

A cidadania é notoriamente um termo associado à vida em sociedade. A escola pode ser considerada uma das ferramentas garantidoras da prática da cidadania, uma vez que nela, o aluno tem a oportunidade de se manifestar como indivíduo, membro de uma sociedade, que possui consciência dos seus direitos e deveres.

A escola é espaço público a serviço de toda a sociedade, responsável pelo papel de formadora de cidadãos. Educação é, então, uma estratégia para repassar informações e valores aos alunos.

Portanto, a contribuição de ações institucionais voltadas para difundir conceitos sobre Defesa e Segurança no contexto cívico-escolar tem sua importância fundamentada não apenas como contributo à edificação de uma sociedade justa e igualitária, atenta aos interesses coletivos. Essas ações também contribuem para fortalecer a coesão nacional.

Para o desenvolvimento de uma cultura de segurança e defesa e de paz, por intermédio do sistema de ensino fundamental e básico, são recomendados quatro temas essenciais: o quadro normativo ético-jurídico, o contexto internacional, a identidade nacional, as FFAA e as Forças e os Serviços de Segurança.

Seguiu-se com a descrição do modelo de análise da investigação. A revisão bibliográfica indicou que, para o objetivo desta investigação, o conteúdo ministrado nas ações cívico-escolares deveria conter alguns assuntos para que contribuíssem com o fortalecimento da identidade nacional e a educação para a cidadania no tema Segurança e Defesa.

Esses assuntos foram considerados as variáveis de análise das ações selecionadas para o estudo, sendo essas variáveis incluídas nas entrevistas estruturadas, submetidas aos especialistas. Dessa maneira, foram obtidas as informações que possibilitaram a avaliação descrita no último Capítulo.

Diante do exposto, foi considerada respondida a QD1 e atingido o OE1.

O objetivo do Capítulo 2 foi caracterizar ações cívico-escolares em Segurança e Defesa no Brasil e em Portugal, resultados e constrangimentos.

Dentre diferentes iniciativas de carácter cívico-escolar, foram selecionadas quatro das



mais significativas para detalhamento: o RESDP e o DDN, realizadas em Portugal, e o TG e as EsIM, do Brasil.

Verificou-se que alterações na legislação do currículo dos ensinos básico e secundário de Portugal definiram Princípios Orientadores, dentre os quais a introdução da Educação para a Cidadania na condição de componente complementar e transversal. De acordo com esses princípios foi elaborado o RESDP, para levar às crianças e jovens que frequentam desde o ensino pré-escolar até o ensino secundário o contributo específico dos órgãos e estruturas de defesa para a afirmação e preservação dos direitos e liberdades civis, bem como a natureza e finalidades da sua atividade em tempo de paz, e ainda contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da matriz histórica de Portugal.

Diferentes fontes indicaram que a estratégia adotada para incentivar a divulgação do RESDP tem sido a assinatura de protocolos entre o MDN, MEC e os presidentes das câmaras municipais, objetivando a formação de professores no tema FFAA e Forças e Serviços de Segurança. Foram assinados 57 protocolos e ao menos 10 ações de formação de professores foram implementadas.

Sobre o DDN, em Portugal, verificou-se que o mesmo foi instituído por intermédio da Lei do Serviço Militar, com o objetivo de sensibilizar os jovens para a temática da defesa nacional e divulgar o papel das FFAA. Tem a duração de apenas um dia, sendo realizado nos Centros de Divulgação (quartéis das FFAA).

Quanto às ações realizadas no Brasil, o TG é um OFR estruturado de modo que o convocado possa conciliar a instrução militar com o trabalho ou estudo. A instrução no TG tem por objetivo o desenvolvimento de atitudes e de habilidades necessárias ao militar, o que inclui conhecer as atividades das FFAA, direitos e garantias fundamentais, direitos e deveres dos cidadãos, os Símbolos Nacionais, a formação da nacionalidade brasileira, etc.

As EsIM possibilitam a prestação do Serviço Militar por alunos de Estabelecimento de Ensino do ensino médio, inclusive técnico-profissional, e da educação superior, voluntários, de modo a atender a Instituição, conciliando a prestação do serviço militar com o estudo formal do aluno. Aquele que conclui a instrução é designado “Reservista de 2ª Categoria”.

Face ao que foi descrito anteriormente, considera-se que foi alcançado o OE2 e respondida a QD2.

O objetivo do Capítulo 3 foi propor contributos ao aprimoramento das ações de caráter cívico-escolar, no contexto da Segurança e Defesa.



O modelo de análise foi concebido para verificar em que medida as ações cívico-escolares voltadas para o tema Segurança e Defesa, em desenvolvimento em Portugal e no Brasil, atenderiam ao fortalecimento da identidade nacional e para a educação para a cidadania em Segurança e Defesa, conforme variáveis obtidas da revisão bibliográfica. As informações para verificação foram obtidas por meio de entrevistas estruturadas com especialistas.

Conforme o Quadro 1 e o Quadro 2, verifica-se o percentual de atendimento às variáveis das ações cívico-escolares analisadas. Complementam a análise das variáveis as informações sobre a operacionalização das ações e constrangimentos obtidos da documentação, como o relatório do DDN (DGRDN, 2018), assim como observações dos especialistas entrevistados.

Dessa maneira, foi verificado que o RESDP é a ação investigada mais ampla em termos de atendimento às variáveis de fortalecimento da identidade nacional e educação para a cidadania em Segurança e Defesa, porém ainda não desenvolveu plenamente o seu potencial de alcance do público-alvo. O DDN transmite uma gama significativa de conhecimentos, especialmente quanto à educação para a cidadania em Segurança e Defesa, considerando que a sua duração é bastante limitada. Por ser uma atividade obrigatória aos jovens de ambos os sexos, o seu alcance é bastante amplo. O TG e a EsIM ministram conteúdos importantes no tema Segurança e Defesa, porém com abrangência mais modesta em vista do limitado número de jovens inscritos.

Diante do exposto, metodologia, conhecimentos, análises e contributos, considera-se atingido o OG da investigação e respondida a QC.

Contributos para o conhecimento

O estudo desenvolvido permitiu obter conhecimentos sobre a importância do fortalecimento da identidade nacional e da educação para a cidadania em Segurança e Defesa para a coesão nacional, dado o processo que se verifica nas sociedades modernas que tende a priorizar outros valores.

Também permitiu conhecimentos sobre ações de caráter cívico-escolar em desenvolvimento em Portugal e no Brasil, assim como elementos de operacionalização das mesmas, resultados e constrangimentos. Essas informações podem indicar oportunidades de aperfeiçoamento das ações, seja no tocante ao fortalecimento da identidade nacional, à cidadania, ou mesmo novas estratégias de operacionalização das mesmas, buscando maior alcance junto ao público-alvo.



Recomendações e outras considerações de ordem prática

Esta investigação contou com a colaboração de especialistas nas ações cívico-escolares estudadas, pertencentes a diferentes entidades. Julga-se, assim, conveniente que essas entidades recebam cópia desta investigação para aproveitamento do conhecimento, para uma avaliação mais detalhada e, eventualmente, para considerar oportunidades de ajuste nas respetivas ações.

Limitações da investigação e abertura para pesquisas futuras

Considerando-se as ações cívico-escolares analisadas, ainda que sejam significativas, permanece um número indefinido de outras ações que também exercem o papel de fortalecer a identidade nacional e que não foram incluídas por limitações diversas.

Também não foi objeto de estudo ações desenvolvidas por outros países, as quais também podem ser fonte de novas ideias e estratégias de implementação.

Recomenda-se, como tema para pesquisas futuras, as ações cívico-escolares em desenvolvimento em outros países. Também se considera interessante verificar o grau de assimilação dos valores difundidos nessas ações pelos jovens participantes.



Bibliografia

- AAAS, 2004. *"What languages will the world speak in 50 years?"*, American Association for the Advancement of Science. [Em linha] Disponível em: <https://www.eurekalert.org/features/kids/2004-02/aaft-wlw020805.php> [Acedido em 10 01 2018].
- AACDN, 1997. *Relatório e Pareceres do Projecto de Investigação "Os Cidadãos e o Reordenamento da Segurança e Defesa Nacionais"* (Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional), Lisboa: AACDN.
- ABIN, 2018. *Inteligência e Contrainteligência - A Atividade*. [Em linha] Disponível em: http://www.abin.gov.br/atividadeinteligencia/inteligenciaecontra_inteligencia/ [Acedido em 24 04 2018].
- Al-Rodhan, N. e Stoudmann, G., 2006. *Definitions of Globalization: A Comprehensive Overview and a Proposed Definition*, Genebra: GCSP.
- Anico, M. e Peralta, E., 2009. *Engagement and Demission in the Contemporary World. Heritage and Identity*, Routledge, London and New York.
- AR, 1999. *Assembleia da República de Portugal, Lei n.º 174, de 21 de setembro de 1999*. Lisboa: Diário da República.
- AR, 1999. *Lei do Serviço Militar, Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro*. Lisboa: Diário da República.
- AR, 2012. *Assembleia da República de Portugal, Decreto-Lei 139, de 5 de julho de 2012 (alterado pelo Decreto-Lei 91, de 10 de julho de 2013)*. Lisboa: Diário da República.
- Bartz, A. d. S., 2018. *Tiro de Guerra e Escola de INstrução Militar, Diretoria de Serviço Militar, DSG* [Entrevista] (22 03 2018).
- Bobbio, N., Matteucci, N. e Pasquino, G., 1998. *Dicionário de Política*. 11ª ed. Brasília: UnB.
- Brandão, A. P., 2011. *Vinte anos depois: mapeando o quadro teórico e a agenda de pesquisa dos estudos de segurança - Universidade do Minho*. [Em linha] Disponível em: http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3278/1/Ana_Paula_Brandao.pdf [Acedido em 11 03 2018].
- Burke, P., 1995. *A arte da conversação*. São Paulo: Unesp.
- Carvalho, C. P. d., 2005. Prefácio. In: MEIRELLES, G.F.; BARROS, M.E.A. *O negócio é o seguinte: hábitos e costumes dos povos e sua influência na vida empresarial*. São Paulo: Ibradep.



- Castells, M., 2003. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume II, O Poder da Identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CIDIUM, 2017. *Ciências Militares: domínios, áreas e subáreas de investigação. Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar*. [Em linha] Disponível em: Disponível em: <https://cidium.iium.pt/site/index.php/pt/investiga/dominios-areas-e-subareas-de-inves> [Acedido em 15 12 2017].
- CM, 2013. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 19*. Lisboa: s.n.
- CN, 1964. *Lei n.º 4.375, de 17 ago, Lei do Serviço Militar, Congresso Nacional*. Brasília: Diário Oficial.
- DGRDN, 2018. *Os Jovens e as Forças Armadas, Estudo desenvolvido no âmbito do DIA DA DEFESA NACIONAL - 2017, Relatório Síntese*, Lisboa: Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, MDN.
- Duarte, A. P., 2013. Educação para a Segurança e Defesa em Espanha e França. In: *Isabel Ferreira Nunes, Coord., Segurança Internacional - Perspectivas Analíticas*. Lisboa: IDN, p. 339.
- Duarte, D. F. S., 2018. *O Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, Instituto da Defesa Nacional* [Entrevista] (02 04 2018).
- Dubet, F., 2011. Mutações cruzadas: a cidadania e a escola. *Revista Brasileira de Educação*, Volume 16 n.º 47, pp. 289-305.
- EB, 2002. *Programa-Padrão de Instrução das Escolas de Instrução Militar, PPB 5/3*. Brasília: Comando de Operações Terrestres.
- EB, 2013. *Programa-Padrão de Instrução Individual Básica, EB70-PP-11.011*. Brasília: Comando de Operações Terrestres.
- EB, 2015. *Portaria n.º 288, de 08 de abril de 2015, Aprova as Instruções Gerais para o Funcionamento das Escolas de Instrução Militar*. Brasília: EB.
- EB, 2016. *Escola de Instrução Militar em Estabelecimento de Ensino Superior será implantada em Brasília*. [Em linha] Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/midia-imprensa/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/IZ4bX6gegOtX/content/escola-de-instrucao-militar-em-estabelecimento-de-ensino-superior-sera-implantada-em-brasil?inheritRedirect=false [Acedido em 19 03 2018].
- EB, 2017. *Exército Brasileiro - 29ª Circunscrição do Serviço Militar - O Patrono do Serviço Militar*. [Em linha] Disponível em: <http://www.29csm.eb.mil.br/index.php?>



- [option=com_content&view=article&id=109:olavo-bilac-patrono-do-servico-militar&catid=62&Itemid=318](#) [Acedido em 27 02 2018].
- EB, 2018. *Exército Brasileiro, Serviço Militar, Tiro de Guerra*. [Em linha] Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/ingresso/servico-militar/-/asset_publisher/yHiw1SWkLQY6/content/tiro-de-guerra?inheritRedirect=false [Acedido em 13 03 2018].
- Filho, C. B. M. e Neto, I. A. C., 2013. *A evolução do conceito de cidadania*. Departamento de Letras. Universidade de Taubaté. [Em linha] Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT16092013195054.pdf> [Acedido em 15 01 2018].
- Fischer, D., 1993. *Nonmilitary Aspects of Security: A Systems Approach*. Aldershot : Dartmouth, UNIDIR.
- Font, J. N. e Rufí, J. V., 2006. *Geopolítica, Identidade e Globalização*. São Paulo: Annablume.
- Fullmann, C., 1994. Prefácio. In: *TROMPENAARS, F. Nas ondas da cultura: como entender a diversidade cultural nos negócios*. São Paulo: Educator, pp. XIII-XIV.
- Hall, S., 2003. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hofstede, G., 1991. *Culturas e organizações: compreender a nossa programação mental*. 1º ed. Lisboa: Edições Sílabo.
- Hooson, D., 1994. *Afterword: Identity Resurgent – Geography Revived, Geography and Nationality Identity*. Cambridge, Massachusetts, USA: Blackwell.
- IESMa, 2015. *Trabalhos de Investigação (NEP / ACA - 010)*. Lisboa: IESM.
- IESMb, 2015. *Regras de Apresentação e Referenciação para os Trabalhos Escritos a Realizar no IESM (NEP / ACA - 018)*. Lisboa: IESM.
- IUM, 2016. *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação. Cadernos do IESM N.º 8*. Lisboa: IESM.
- IUM, 2016. *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação. Cadernos do IESM N.º 8*. 2016 ed. ed. Lisboa: Pedrouços: IUM.
- JOESP, 2017. *Escolas de Civismo, Jornal O Estado de São Paulo*. [Em linha] Disponível em: <http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral/escolas-de-civismo,70002089439> [Acedido em 13 03 2018].
- Jorge, A. P. d. S. e Nascimento, J. L. R. P., 2017. A Hierarquia dos Comprometimentos – A relação do Comprometimento com a Pátria com outros focos do comprometimento em contexto militar. *Revista Militar*, Volume 6/7, pp. 571-585.



- Kusiak, P., 2012. *Culture, Identity, and Information Technology in the 21th Century: Implications for U.S. National Security*. EUA: Strategic Studies Institute.
- Lazer, D. et al., 2009. Computational Social Science. *Science*, 323(Social Science), pp. 721-723.
- Mateus, P. J. R., 2014. *As reformas da Defesa Nacional e a identidade das Forças Armadas*. Lisboa: IUM.
- Mattoso, J., 2003. *A Identidade Nacional, Obras Completas, Volume 10*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- MD, 2005. *Política Nacional de Defesa (Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005)*. Brasília: Diário Oficial da União.
- MD, 2018. *Jovens nascidos no ano de 2000 devem se alistar no Serviço Militar Obrigatório*. [Em linha] Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/38522-jovens-nascidos-no-ano-de-2000-devem-se-alistar-no-servico-militar-obrigatorio> [Acedido em 10 03 2018].
- MDN, 2018. *Balcão Único da Defesa - Ministério da Defesa Nacional*. [Em linha] Disponível em: <http://bud.defesa.pt/> [Acedido em 04 03 2018].
- MEC, 2013. *Educação para a Cidadania - Linhas Orientadoras*. [Em linha] Disponível em: <http://www.dge.mec.pt/educacao-para-cidadania-linhas-orientadoras-0> [Acedido em 10 01 2018].
- MEC, 2014. *Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz. Ministério da Educação e Ciência*, Portugal: MEC.
- MEC, 2015. *Documento de Apoio ao RESDP, As Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança*, Lisboa: MEC.
- Mendes, C., Cândido, T., Silva, C. e Ferreira, D., 2015. *A importância da escola na formação do cidadão. VII Encontro de Ensino de Geografia*. [Em linha] Disponível em: http://www.falaprofessor2015.agb.org.br/resources/anais/5/1441669448_ARQUIVO_RelatodeExperiencia_VIIIFalaProfessor.pdf [Acedido em 15 01 2018].
- Oliveira, T. S., 2013. Reflexões sobre a construção da identidade nacional a partir dos discursos da Fundação da Liga da Defesa Nacional. *Aurora*, 7(Reflexões sobre a construção da identidade nacional), pp. 83-110.
- Passel, J. S. e Cohn, D., 2008. *Population Projections: 2005-2050*. [Em linha] Disponível em: <http://www.pewhispanic.org/2008/02/11/ii-population-projections/> [Acedido em 28 01 2018].



- Patrinos, H. A., 2016. *Why education matters for economic development*. [Em linha] Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/education/why-education-matters-economic-development> [Acedido em 10 01 2018].
- PMI, 2017. *Iúna poderá ter tiro de guerra - Prefeitura Municipal de Iúna*. [Em linha] Disponível em: <http://www.iuna.es.gov.br/relatorio/post/2467/espelho.html> [Acedido em 13 03 2018].
- PR, 1996. *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Diário Oficial da União.
- Santos, L. A. B. d., Lima, J. M. M. V., Garcia, F. M. G. P. P. e Monteiro, F. T., 2016. *Orientações Metodológicas para Elaboração de Trabalhos de Investigação. Cadernos do IESM n° 8*. Lisboa: IUM.
- Sequeira, J. M. D., 2017. A formação da identidade de Portugal. *Revista Militar*, Volume 11, pp. 943-952.
- Setton, M. d. G. J., 1999. As transformações do final do século: resignificando os conceitos de autoridade e autonomia. In: *Autoridade e Autonomia na escola: Alternativas Teóricas e Práticas*. São Paulo: Summus Editorial.
- Silva, F. P. e Dallanol, R. A., 2008. *A Educação como Processo da Formação Social do Indivíduo - 1º Simpósio Nacional de Educação*. Taubaté-SP, Unitau.
- Smith, A., 1997. *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.
- Sobral, J. M., 2012. *Portugal, Portugueses, Uma identidade nacional*. Lisboa: FFMS.
- Trompenaars, F., 1994. *Nas ondas da cultura: como entender a diversidade cultural nos negócios*. São Paulo: Educator.
- Vaz, N. M., 2002. *Civilização das Forças Armadas nas Sociedades Demoliberais*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.



Anexo A — Temas e indicadores de desempenho do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz

Quadro 3 - Síntese dos resultados de aprendizagem por tema.

TEMAS		Síntese dos resultados de aprendizagem por temas
Transversal	Específicos	
A segurança, a defesa e a paz - Um projeto para todos	A Segurança, a Defesa e a Paz	<ul style="list-style-type: none"> - Os/as alunos/as compreendem a importância da segurança, da defesa e da paz nos contextos nacional e internacional, reconhecendo os princípios expressos na Constituição da República Portuguesa e nos documentos internacionais de referência dos direitos humanos. - Os/as alunos/as participam, à escala da vivência escolar e comunitária, no processo de construção de regras e de resolução pacífica de conflitos, no respeito pelos direitos e diferenças de cada um e da assunção responsável dos deveres de todos. - Os/as alunos/as atuam de acordo com um conjunto de atitudes e valores que evidenciam respeito pelos direitos humanos, associando a necessidade de salvaguarda da segurança, da defesa e da paz à justiça, à democracia e ao desenvolvimento de todas as sociedades, povos, países e regiões.
	O Contexto Internacional e o Quadro Nacional – a mundialização e a interdependência	<ul style="list-style-type: none"> - Os/as alunos/as compreendem a importância da segurança, da defesa e da paz no quadro da afirmação de Portugal como país independente, com uma história multissecular; no quadro da crescente integração europeia e do mundo globalizado em que as respostas aos problemas, perigos e ameaças, bem como a sua prevenção, têm de ser encontradas através do reforço da cooperação, do diálogo e do direito internacional no âmbito do complexo sistema de concertação e atuação de organizações internacionais especializadas (ONU, OTAN/NATO, OCSE, UE). - Os/as alunos/as são capazes de exemplificar domínios e áreas de globalização e tipificar os riscos, perigos, ameaças nas sociedades contemporâneas e meios de os combater, assumindo a corresponsabilização pela preservação da segurança de todos. - Os/as alunos/as revelam atitudes de prevenção de conflitos e de salvaguarda da segurança pessoal e coletiva e da paz, promotoras da intervenção cívica na comunidade, da defesa do ambiente e da qualidade de vida e do respeito pela igualdade.
	A Identidade Nacional e o Quadro Internacional da Segurança, da Defesa e da Paz	<ul style="list-style-type: none"> - Os/as alunos/as compreendem a importância da salvaguarda da identidade nacional e do conhecimento da história de Portugal para a construção partilhada da segurança, da defesa e da paz no mundo global e interdependente, em que a emergência de novos problemas e perigos não pode legitimar a imposição de uma qualquer homogeneização cultural, ideológica, religiosa e económica, constituindo o uso da força um último recurso para a segurança, a defesa e a paz globais, assente no respeito pelo direito internacional. - Os/as alunos/as são capazes de exemplificar os principais elementos que integram a identidade portuguesa e os contributos das várias culturas e civilizações para a formação da mesma, valorizando a diversidade multicultural que os portugueses herdaram do passado e vivenciam no presente. - Os/as alunos/as revelam uma crescente interiorização de atitudes e valores que evidenciam o respeito pelas diferenças dos indivíduos e igualdade de direitos de povos e nações no complexo quadro em que se manifestam os interesses políticos, diplomáticos, territoriais, económicos ou outros, à escala nacional, regional ou mundial.
	As Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança – O Quadro Institucional, Organização e Missões	<ul style="list-style-type: none"> - Os/as alunos/as compreendem a importância, a organização e a missão das Forças Armadas e das Forças e Serviços de Segurança associadas à garantia da soberania, da independência nacional e da integridade territorial do Estado, à segurança e tranquilidade públicas, à proteção de pessoas e bens, e ao normal funcionamento das instituições democráticas, bem como à manutenção da cultura da paz no quadro constitucional português e da legislação específica complementar; nomeadamente ao nível do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, e no quadro do sistema regulador internacional, em cujo vértice se encontra a ONU. - Os/as alunos/as são capazes de enumerar, distinguir e reconhecer os diversos ramos das Forças Armadas e as diversas Forças e Serviços de Segurança e localizar países e regiões onde as Forças Armadas e as Forças de Segurança (PSP e GNR) têm desenvolvido missões internacionais. - Os/as alunos/as participam e colaboram em atividades de sensibilização e sessões de informação desenvolvidas pelas Forças Armadas, nomeadamente nas cerimónias e eventos do Dia da Defesa Nacional, e pelas Forças e Serviços de Segurança, no quadro da escolha de carreiras e futuros profissionais, bem como da manutenção de um clima de segurança nos estabelecimentos escolares, e mobilizam-se em defesa de justas causas que revelam uma consciencialização crescente da importância e da defesa dos direitos humanos, da democracia e da cultura de paz à escala local e global.

Fonte: (MEC, 2014, p. 14)



Quadro 4 - Temas, subtemas e objetivos nos diferentes níveis de educação e ensino.

TEMAS	SUBTEMAS	OBJETIVOS	Pré-Escolar	1.º Ciclo EB	2.º Ciclo EB	3.º Ciclo EB	Secundário
Transversal Segurança, Defesa e Paz – Um Projeto de Todos e para Todos		Reconhecer a segurança, a defesa e a paz como um processo de construção contínua, global, multifacetado e multiparticipado	X	X	X	X	X
A Segurança, a Defesa e a Paz		Compreender a importância da segurança, da defesa e da paz	X	X	X		
	Direitos Humanos: fundamentos e regime de proteção e promoção mundial	Interpretar a informação sobre o quadro normativo ético-jurídico da segurança e da paz				X	X
	A Segurança e a Paz no quadro internacional	Compreender os conceitos de segurança e de paz e a sua relação no quadro internacional				X	X
	O “Conceito Estratégico de Defesa Nacional” no quadro constitucional de Portugal	Reconhecer o “Conceito Estratégico de Defesa Nacional” no quadro constitucional				X	X
O Contexto Internacional e o Quadro Nacional – A Mundialização e a Interdependência	O contexto global da segurança, da defesa e da paz	Compreender o contexto global como condição para a segurança e a paz no mundo contemporâneo			X	X	X
	A interdependência e a mundialização: riscos, perigos e ameaças	Compreender os novos desafios decorrentes dos riscos, perigos e ameaças que se colocam à segurança global na atualidade			X*	X	X
	A prevenção como estratégia para a promoção da paz	Problematicar o uso da força como recurso último para a segurança e a paz globais				X	X
A Identidade Nacional e o Quadro Internacional da Segurança, da Defesa e da Paz	A identidade de Portugal e os seus fundamentos	Compreender a construção da identidade de Portugal como um processo dinâmico e contínuo nos quadros nacional, europeu e mundial	X*	X*	X	X	X
	Portugal no sistema internacional e a construção da paz	Compreender a dinâmica relacional de Portugal com o sistema internacional na construção da paz e da estabilidade internacional			X	X	X
As Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança – O Quadro Institucional, Organização e Missões		Compreender a importância do papel que as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança desempenham em prol de Portugal e dos portugueses			X		
	As Forças Armadas	Compreender a organização e as missões que as Forças Armadas desempenham em prol de Portugal, dos portugueses e da segurança internacional	X*	X*		X	X
	As Forças de Segurança	Compreender a organização e as missões das Forças de Segurança	X*	X*		X	X
	Os Serviços de Segurança	Compreender a organização e as missões dos Serviços de Segurança				X	X

Fonte: (MEC, 2014, p. 15)



Apêndice A — Estrutura-guia da investigação

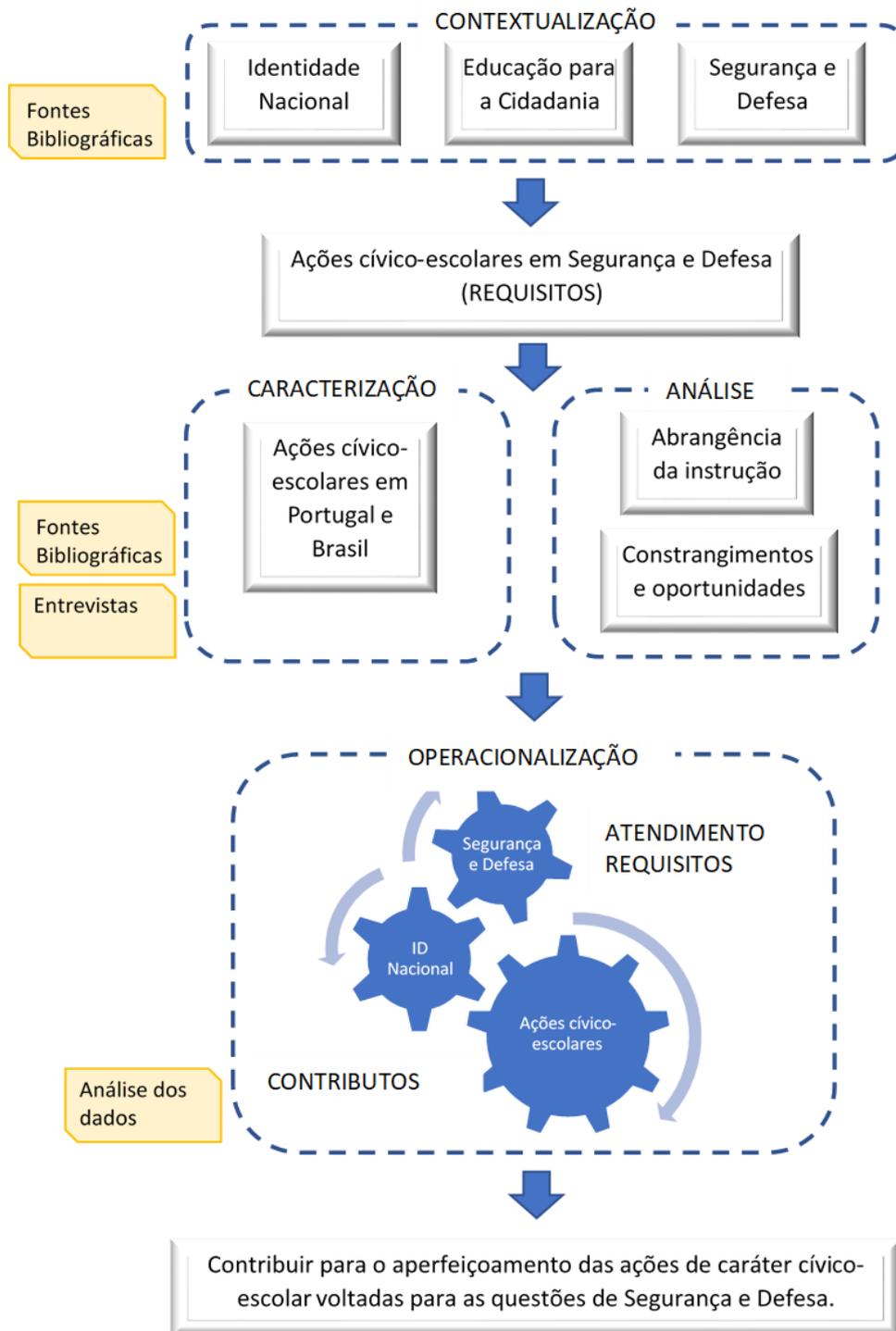


Figura 3 – Estrutura-guia da investigação.

Fonte: (autor, 2018).



Apêndice B — Resumo do Relatório do Dia da Defesa Nacional - 2017

Os Jovens e as Forças Armadas

Estudo desenvolvido no âmbito do DIA DA DEFESA NACIONAL – 2017

Relatório Síntese

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Conforme DGRDN (2018, p. 1), o objetivo do Relatório Síntese é “apresentar os principais dados globais referentes à edição de 2017 do Dia da Defesa Nacional, que ocorreu entre janeiro e dezembro em 30 centros de divulgação de todo o país, procurando fornecer aos principais intervenientes institucionais neste dia uma caracterização da forma como os jovens avaliam a sua participação no mesmo. Afigura-se, portanto, como um instrumento de monitorização e desenvolvimento da configuração deste dever militar”.

O relatório caracteriza a população participante do DDN, explora como o seu conteúdo é apreciado pelos jovens, procura esclarecer contornos da relação desses jovens com as FFAA e analisa a predisposição para ingresso nas mesmas (DGRDN, 2018).

Dessa maneira, o estudo realizado pela DGRDN também pretendeu “contribuir para a delimitação do potencial de sustentabilidade da profissionalização do serviço militar, uma vez que a análise incide sobre um segmento populacional que é estratégico para o efeito: a população jovem” (DGRDN, 2018, p. 1).

Segundo o DGRDN (2018), foram 99766 participantes do DDN edição 2017, tendo sido recolhidos 83179 inquéritos válidos, ou 83,37% do total. Entretanto, em algumas análises efetuadas o total de amostras é inferior, devido às seguintes situações: preenchimento parcial das variáveis do estudo, preenchimento incorreto ou, ainda, pela possibilidade de preenchimento de mais de uma resposta válida em algumas questões, pelo que a informação analisada são as respostas em si e não os indivíduos.

A Figura 4 apresenta o total de jovens participantes separados por gênero.

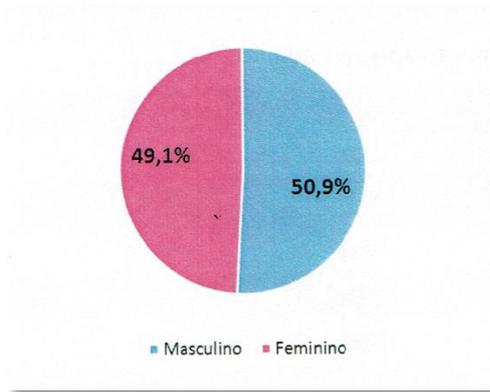


Figura 4 - Participantes do Dia da Defesa Nacional, por género.

Fonte: (DGRDN, 2018).

A Figura 5 contém gráfico sobre a apreciação dos elementos do programa de instrução e a Figura 6 a apreciação dos elementos das diversas temáticas abordadas no DDN. Ambas as figuras contribuem para descrever os assuntos tratados no DDN e reforçam a relação dessa ação com o presente trabalho de investigação.

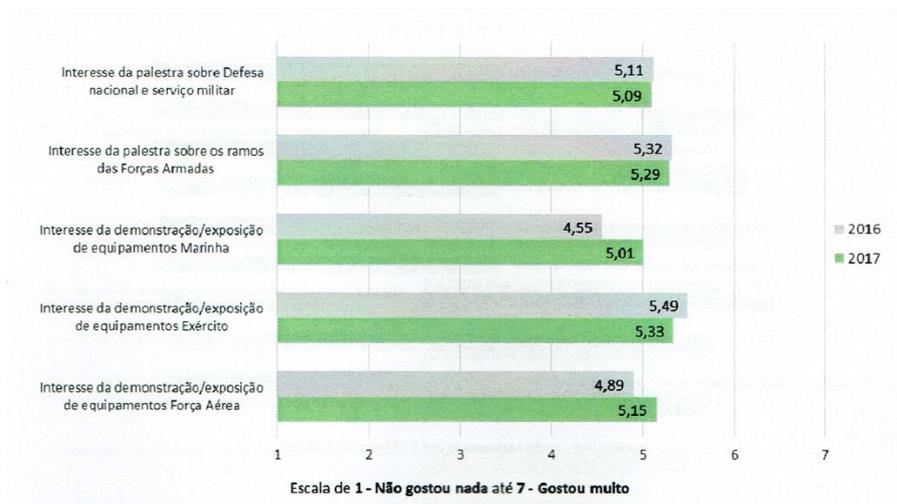


Figura 5 - Apreciação dos elementos do programa (média).

Fonte: (DGRDN, 2018).

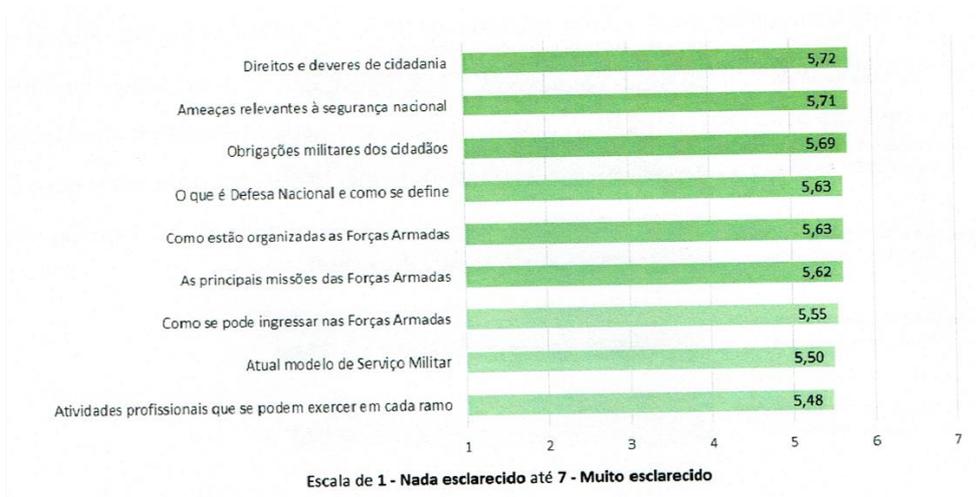


Figura 6 – Grau de esclarecimento das diversas temáticas abordadas (média).

Fonte: (DGRDN, 2018).

A Figura 7 apresenta a apreciação dos elementos do programa do DDN desenvolvidos pelas entidades parceiras. As entidades parceiras foram: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD); Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e Guarda Nacional Republicana (GNR) (DGRDN, 2018).

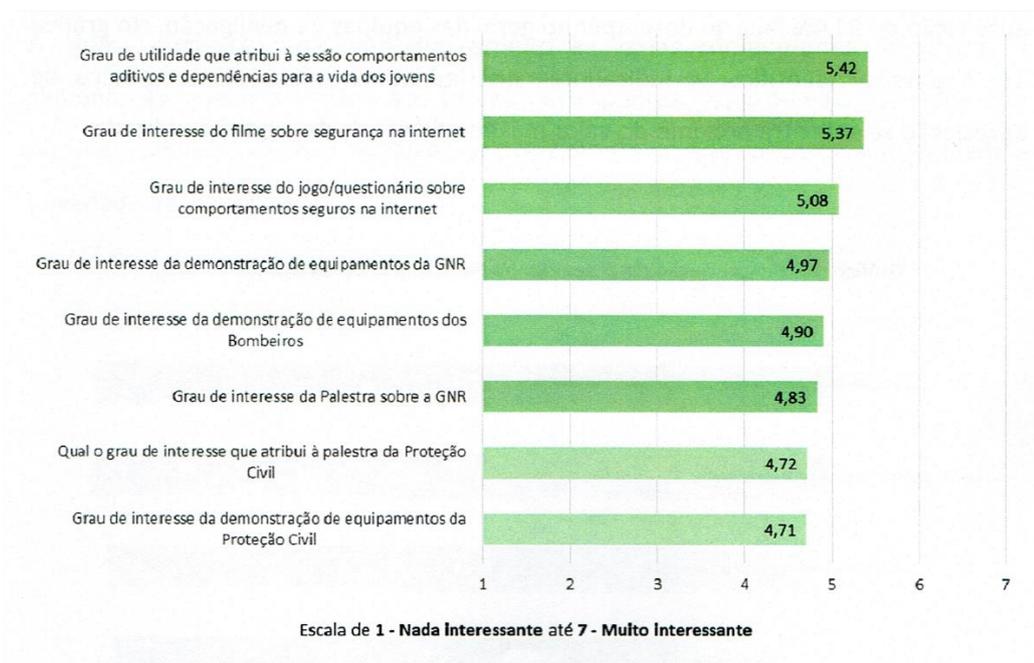


Figura 7 – Apreciação dos elementos do programa do Dia da Defesa Nacional - entidades parceiras (média).

Fonte: (DGRDN, 2018).



Para finalizar, o relatório apresenta na Figura 8 uma verificação da percepção dos jovens sobre o principal objetivo do DDN. Conclui-se que a evolução da forma de realização do DDN tem sido correta no sentido de transmitir o conceito principal, que é a Defesa Nacional.

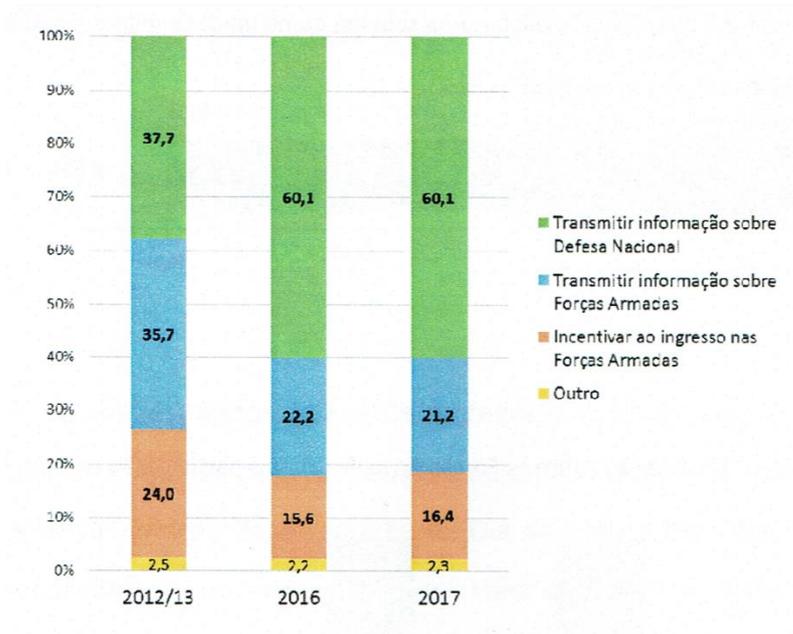


Figura 8 – Percepção sobre o principal objetivo do Dia da Defesa Nacional (%).

Fonte: (DGRDN, 2018).



Apêndice C — Guião de entrevista e lista de entrevistados

Foram realizadas entrevistas com especialistas nas ações cívico-escolares investigadas, a fim de complementar as informações obtidas em documentos e outras fontes públicas. Segue abaixo o guião de entrevista utilizado nesta investigação.

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

Trabalho de Investigação Individual

Tema: Defesa e Segurança no contexto cívico-escolar.

Saudações,

Como é do conhecimento de V.Exa./V.Sa., a autoperceção dos povos sobre diferenças em relação aos demais, comumente tratada como *identidade nacional*, é fundamental para manutenção da coesão nacional, ainda que esteja em constante mutação e reconstrução, assim como sujeita a influências internas e externas, como por exemplo, o processo de globalização (económica, cultural, da comunicação, etc.).

Em tese, a identidade nacional pode ser fortalecida por ações de carácter cívico-escolar de educação em valores e atitudes importantes para o exercício da cidadania, em dimensões como, pátria, educação, liberdade, direitos e deveres individuais e coletivos, democracia, Segurança e Defesa, paz, saúde, etc. No contexto da educação para a cidadania em Segurança e Defesa, alguns assuntos são considerados de elevada importância.

Nesse sentido e considerando o conhecimento e a experiência na atividade denominada **(nome da ação cívico-escolar)**, a qual possui objetivos estabelecidos em normas específicas, solicito os bons préstimos de V.Exa./V.Sa. no sentido de responder à entrevista abaixo, remetendo-o para o email martins.mp@ium.pt

Respeitosamente,

Coronel Aviador (BRA) Maurício Pozzobon Martins

Guião de Entrevista

Questões sobre a atividade em tela. As questões 1 a 3 relacionam-se ao fortalecimento da identidade nacional.

- 1) Dentre as opções abaixo, assinale aquelas que contêm assuntos obrigatoriamente ministrados aos participantes:
 - () Os Símbolos Nacionais (Bandeira, etc.)
 - () Origem de Portugal
 - () Heróis da pátria
 - () Datas nacionais
 - () A democracia e da liberdade.
 - () O dever de defender a pátria
 - () Interesses coletivos se sobrepõem aos individuais.
 - () A soberania nacional.
 - () O contexto dos países próximos.
 - () A religiosidade nacional.
- 2) Nessa atividade dá-se ênfase a características que distinguem Portugal das demais nações, seja pela geografia, história, cultura, religião, etc.?
 - a. Não se enfatiza esse aspeto.
 - b. Eventualmente, uma ou outra característica é destacada pela circunstância da atividade.
 - c. Faz parte da atividade destacar características que distinguem a nação das demais.



- d. Faz parte da atividade destacar muitas características que distinguem a nação das demais.
- 3) Caso, na questão anterior, faça parte da atividade destacar características que distinguem a nação das demais (opções c ou d), assinale a alternativa mais adequada quanto à associação de significado (motivo) e valor (importância) a essas características para a identidade nacional:
- Não são necessariamente associados significados ou valores a tais características.
 - São atribuídos significados a tais atributos, porém não se considera realmente valiosos como fator de identidade nacional.
 - São atribuídos significados a tais atributos, ainda que sejam considerados pouco valiosos para a identidade nacional.
 - São atribuídos significados a tais atributos, os quais são considerados muito valiosos para a identidade nacional.

As questões 4 a 7 referem-se à educação para a cidadania em Segurança e Defesa:

- 4) Na atividade são destacados os elementos ético-normativos, nacionais e/ou internacionais, que legitimam o uso da força pelo Estado, por intermédio das FFAA e Forças e Serviços de Segurança? (Ex. Constituição, Carta das Nações Unidas, etc.)
- Não é um assunto da atividade.
 - É assunto mencionado ocasionalmente.
 - É assunto da atividade.
 - É considerado assunto muito relevante dentro da atividade.
- 5) É enfatizado o contexto de riscos, perigos e ameaças, advindas da natureza (ambiental, climática), da ação do homem ou organizações (crime organizado, terrorismo), ou ainda, por parte de outros Estados, que recaem sobre a sociedade, que justificam a existência de FFAA e Forças e Serviços de Segurança capacitadas a confrontar tais circunstâncias?
- Não é um assunto da atividade.
 - É assunto mencionado ocasionalmente.
 - É assunto da atividade.
 - É considerado assunto muito relevante dentro da atividade.
- 6) São destacados elementos históricos nacionais que contribuem para alicerçar a Segurança e a Defesa do Estado, também legitimando o emprego da força? (suscitar no participante o sentimento de “dever de memória” para com a nação)
- Não é um assunto da atividade.
 - É assunto mencionado ocasionalmente.
 - É assunto da atividade.
 - É considerado assunto muito relevante dentro da atividade.
- 7) Sobre as FFAA e Forças e Serviços de Segurança, assinale os itens que são destacados na atividade e respetiva intensidade (ênfase: N – Não é destacado; P – Pouco destacado; M – Muito destacado):
- | | |
|--|----------------------|
| a. Estrutura e organização. | (...)N (...)P (...)M |
| b. Missão. | (...)N (...)P (...)M |
| c. Como se realiza a defesa da pátria | (...)N (...)P (...)M |
| d. Compromissos internacionais do Estado | (...)N (...)P (...)M |
| e. O apoio à proteção (defesa) civil | (...)N (...)P (...)M |
| f. Atendimento a necessidades básicas pop. | (...)N (...)P (...)M |
| g. Como ingressar nas FFAA e F. e Sv. Seg. | (...)N (...)P (...)M |

Questões abertas (8 a 10):

- 8) Na sua opinião, considerando aspetos relacionados ao fortalecimento da identidade nacional e a educação para a cidadania em Segurança e Defesa, há constrangimentos que recaem sobre essa atividade? Quais seriam?
- 9) Na sua opinião, considerando aspetos relacionados ao fortalecimento da identidade nacional e a educação para a cidadania em Segurança e Defesa, há oportunidades (alterações ou melhorias) na presente atividade que poderiam alavancar resultados? Quais seriam?



10) Considerações gerais a critério de V.Exa./V.Sa.

.....

O Quadro 5 apresenta a lista de entrevistados.

Quadro 5 - Lista de entrevistados.

Nome	Assunto	Função/Cargo	Organização
CMG Daniel Felipe Silva Duarte	RESDP	Assessor de estudos	Instituto da Defesa Nacional
Sr. Vítor Manuel Esteves de Ascensão	DDN	Responsável pela Comunicação Integrada para o Serviço Militar	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional - MDN
TCor Marcos André Carvalho Silva	TG	Chefe da Subseção de Tiros de Guerra	10ª Região Militar
TCor Marcos André Carvalho Silva	EsIM	Chefe da Subseção de Tiros de Guerra	10ª Região Militar

Fonte: (autor, 2018).

Ainda contribuíram com informações técnicas os senhores COR Vitor Borlinhas, Diretor de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (MDN), sobre o DDN, e o TCor Anderson dos Santos Bartz, Chefe da Seção de Mobilização da Diretoria de Serviço Militar, da Diretoria-Geral do Pessoal, do EB, sobre TG e EsIM.



Apêndice D — Organização dos resultados das entrevistas

Este Apêndice contém os resultados das entrevistas sobre as ações cívico-escolares organizados de maneira a indicar cumprimento das variáveis de fortalecimento da identidade nacional e educação para a cidadania em Segurança e Defesa.

Esclarece-se que, posteriormente às entrevistas, as respostas foram organizadas de forma a possibilitar uma pontuação relacionada ao cumprimento das variáveis, como referência de comparação. A escolha das questões e a pontuação tem por base a teoria referenciada, contudo não é possível evitar alguma subjetividade nesse processo.

É importante observar que as ações cívico-escolares investigadas possuem objetivos específicos definidos em norma, não necessariamente alinhados de forma plena ao contexto investigado, por isso o fato de as pontuações não alcançarem o grau máximo não significa necessariamente demérito, ou dificuldades no cumprimento das suas finalidades. Entretanto, essas pontuações contribuem para a percepção mais ampla das ações e, assim, possibilitar eventuais ajustes na estruturação das ações no sentido do fortalecimento da identidade nacional ou educação para a cidadania em Segurança e Defesa.

A Tabela 4 apresenta as respostas obtidas com a questão 1, sobre os assuntos que fazem parte da ação cívico-escolar relacionados a Identidade Nacional. Pontuação: cada item vale 1 ponto.

Tabela 4 - Pontuação para a questão 1, relacionada com Identidade Nacional.

	Símbolos Nacionais	O dever de defender a pátria	Origem de Portugal/Brasil	Interesses coletivos se sobrepoem aos individuais	Heróis da pátria	A soberania nacional	Datas nacionais	O contexto dos países próximos	A democracia e a liberdade	A religiosidade nacional	Total (10)	Total (%)
RESDP											9	90%
DDN											4	40%
TG											8	80%
EsIM											8	80%

Fonte: (autor, 2018)



As questões 2 e 3 tratam do fortalecimento da Identidade Nacional por meio do destaque das diferenças entre Portugal/Brasil para outras nações, bem como atribuição de significado e valor a essas diferenças. Os resultados encontram-se na Tabela 5. Pontuação: 0, não se enfatiza; 1, é mencionado, mas não é considerado essencial na instrução; 2, é considerado importante; e 3, é considerado muito importante.

Tabela 5 - Questões 2 e 3, sobre valorizar diferenças entra as nações.

	Questão 2: Enfatiza características que distinguem Portugal/Brasil dos demais países?	Questão 3: São atribuídos significado e valor a tais diferenças?	Total (6)	Total (%)
RESDP	3	3	6	100%
DDN	2	0	2	33%
TG	1	0	1	16%
EsIM	1	0	1	16%

Fonte: (autor, 2018)

Seguem resultados sobre Segurança e Defesa. Na Tabela 6 tem-se a pontuação para as questões 4 a 6 da entrevista, sobre elementos relacionados a educação para a cidadania. Pontuação: 0, não se enfatiza o assunto da questão; 1, é mencionado, mas não se considera essencial; 2, é considerado importante; 3, é considerado muito importante.

Tabela 6 - Questões 4 a 6, sobre Segurança e Defesa.

	Questão 4: São destacados os elementos ético-normativos que legitimam uso das FFAA?	Questão 5: É enfatizado o contexto de riscos, perigos e ameaças que exigem FFAA preparadas?	Questão 6: São destacados elementos históricos que contribuem para a noção de Defesa?	Total (9)	Total (%)
RESDP	3	3	2	8	88%
DDN	1	2	1	4	44%
TG	2	2	2	6	66%
EsIM	2	2	2	6	66%

Fonte: (autor, 2018)

Questão 7: Sobre as FFAA e Forças e Serviços de Segurança, assinale os itens que são destacados na atividade e respetiva intensidade (Pontuação: N – Não é destacado (0 ponto); P – Pouco destacado (1 ponto); M – Muito destacado (2 pontos)).



Tabela 7 - Questão 7, temas essenciais em Segurança e Defesa.

	Estrutura e organização	Missão	Como se realiza a defesa da pátria	Compromissos internacionais do Estado	O apoio à proteção (defesa) civil	A soberania nacional	Atendimento a necessidades básicas da população	Como ingressar nas FFAA e Forças e Serviços de Segurança	Total (16)	Total (%)
RESDP	2	2	2	2	2	2	2	2	16	100%
DDN	2	2	2	2	2	2	2	2	16	100%
TG	2	2	2	1	2	2	2	2	15	93%
EsIM	2	2	2	1	2	2	2	2	15	93%

Fonte: (autor, 2018)

As figuras a seguir apresentam a sintetização das pontuações das ações cívico-escolares em um único gráfico. Dado o conjunto de variáveis para fortalecimento da identidade nacional e o conjunto de variáveis para a educação para a cidadania em Segurança e Defesa, as figuras representam, na cor azul, o quanto o conteúdo de cada ação cívico-escolar contempla tais variáveis. A Figura 9 apresenta os resultados para o RESDP e DDN, enquanto que a Figura 10 apresenta resultados para o TG e EsIM.

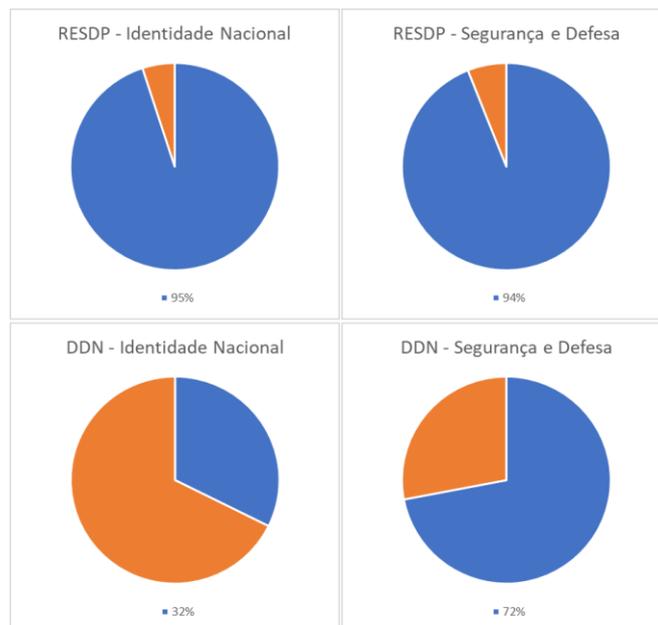


Figura 9 - Percentual de atendimento às variáveis por parte do Referencial e do Dia da Defesa Nacional.

Fonte: (autor, 2018)

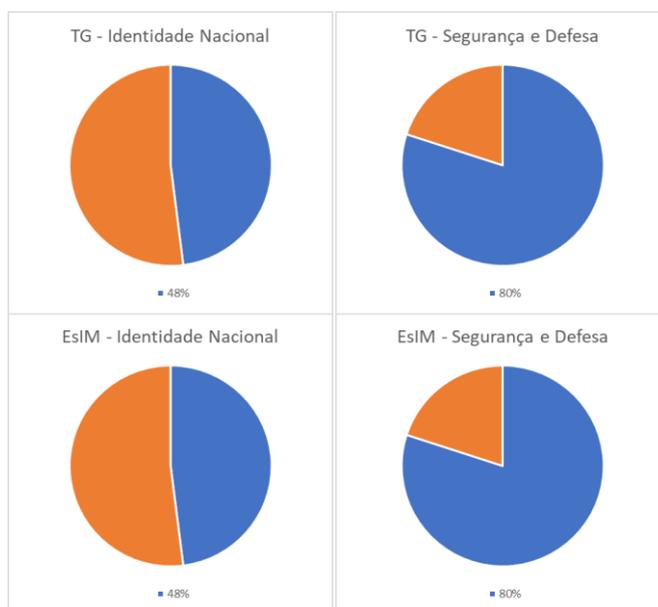


Figura 10 - Percentual de atendimento às variáveis por parte do Tiro de Guerra e da Escola de Instrução Militar.

Fonte: (autor, 2018)

Por fim, a Tabela 8 apresenta resumo das respostas fornecidas pelos especialistas nas questões abertas, 8, 9 e 10, nas quais foi possibilitado o relato de constrangimentos, oportunidades e considerações gerais.

Tabela 8 - Questões abertas, 8 a 10, sobre as respetivas ações.

	Questão 8: Na sua opinião, considerando aspetos relacionados ao fortalecimento da identidade nacional e a educação para a cidadania em Segurança e Defesa, há constrangimentos que recaem sobre essa atividade? Quais seriam?
RESDP	Não há constrangimentos.
DDN	O contexto e a tipologia geracionais.
TG	Não há constrangimentos.
EsIM	Não há constrangimentos.
	Questão 9: Na sua opinião, considerando aspetos relacionados ao fortalecimento da identidade nacional e a educação para a cidadania em Segurança e Defesa, há oportunidades (alterações ou melhorias) na presente atividade que poderiam alavancar resultados? Quais seriam?
RESDP	Ajudaria um maior envolvimento dos professores e da sociedade em geral quanto aos temas e em relação à atividade.
DDN	Uma maior interatividade assente na utilização das novas TI, bem como um contacto mais prolongado com as realidades da Defesa Nacional que propiciem a sua perceção mais nítida e impactante junto dos jovens, por forma a dar maior sentido e peso aos valores e soberania nacionais, e à importância da sua defesa.
TG	Os Programas-Padrão de Instrução utilizados atualmente são adequados à atividade do Tiro de Guerra.
EsIM	Os Programas-Padrão de Instrução utilizados atualmente são adequados à atividade das Escolas de Instrução Militar.
	Considerações gerais a critério de V.Exa./V.Sa.
RESDP	As ações do IDN são direcionadas à formação de professores para que ministrem o RESDP aos alunos.
DDN	O Dia da Defesa Nacional faz parte do percurso de cidadania dos jovens em Portugal. É, para a sua grande maioria, o último grande momento de contacto com



	<p>a realidade da Defesa Nacional e, em particular, das Forças Armadas Portuguesas, uma vez que se efetua no ano em que os jovens iniciam o pleno gozo dos seus direitos e deveres (maioridade). A este momento, verdadeira charneira do referido percurso de vida e cidadania, tem sido conferida, também pelos parceiros civis que o integram, uma importância e significância de relevo muito especial. Com efeito além do campo da transmissão de valores e referenciais indispensáveis à coesão e identidade nacional ele tem ainda permitido aferir o estado do universo da juventude portuguesa em múltiplas dimensões e vertentes, constituindo-se também, por essa razão, como um instrumento científico único e precioso para o desenho, avaliação e lançamento de políticas e ações com repercussões na sociedade portuguesa.</p>
TG	<p>O Tiro de Guerra é uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o Exército Brasileiro, por meio do qual os jovens que residem em municípios não-tributários têm a oportunidade de prestar o serviço militar. Ao final do ano, além desses jovens serem declarados Reservistas de 2ª Categoria, também serão, certamente, melhores pessoas e cidadãos, fruto dos valores morais que terão adquirido nas atividades.</p>
EsIM	<p>A Escola de Instrução Militar (EsIM) é uma parceria entre uma Escola de Ensino Médio (ou Superior) e o Exército Brasileiro, por meio do qual os jovens têm a oportunidade de prestar o serviço militar, sem o prejuízo dos estudos (os horários das instruções são ajustados aos compromissos escolares). Ao final do ano, além desses jovens serem declarados Reservistas de 2ª Categoria, também serão, certamente, melhores pessoas e cidadãos, fruto dos valores morais que terão adquirido nas atividades.</p>

Fonte: (autor, 2018)